



jornal de letras, artes e ideias

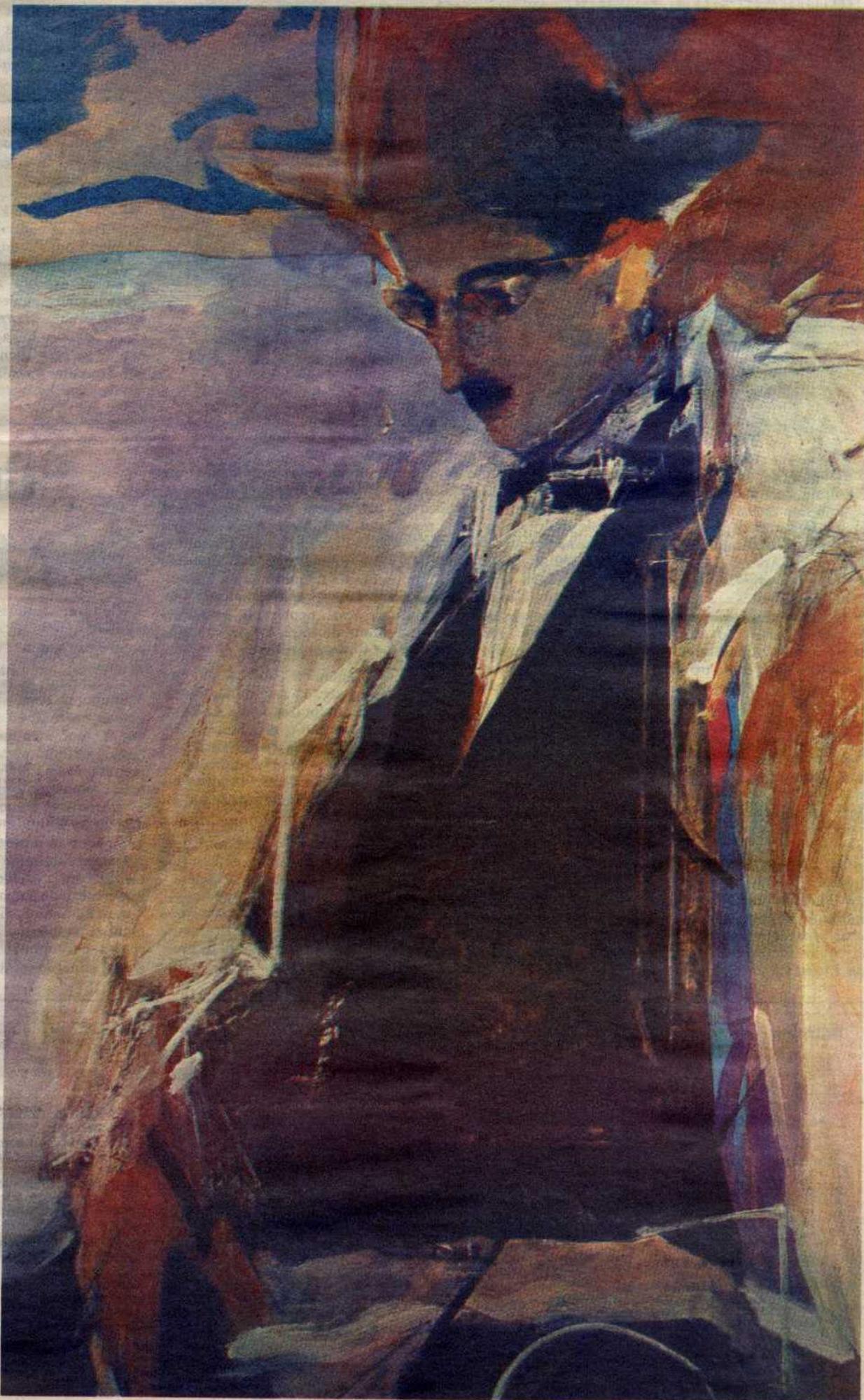
**Festivais
Tróia e o FITEI**

págs. 29/30

Ano VIII n.º 310 De 14 a 20 de Junho de 1988 Preço 80\$00 Semanalmente, às terças-feiras Director José Carlos de Vasconcelos Director adjunto Luís Almeida Martins

Fernando Pessoa

nasceu há 100 anos



- **Inéditos do poeta**
- **Entrevistas com A. H. de Oliveira Marques, Christian Bourgois, Joaquim Vital e Maria Aliete Galhoz**
- **Textos de António Cabrita, David Mourão-Ferreira, Eduardo Lourenço, Ilídio Rocha, Ivo Castro, João Rui de Sousa, Joaquim Francisco Coelho, José Blanco, Luiz Fagundes Duarte, Manuel Cadafaz de Matos, Manuel João Gomes, Maria José Ferraz, Mário de Carvalho, Silvina Rodrigues Lopes e Teresa Rita Lopes**

págs. 5/27

Pessoa visto por Júlio Pomar



Há quem diga que «tanto Pessoa já enjoa». Se tomarmos o poeta como uma «moda», haverá que dar razão a quem o afirma... O drama que nos coloca este «camaleão-de-si» é que deixamos de saber quem inventou quem e ficam os jornais com a grata mas assustadora tarefa de assinalar efemérides como o centenário do seu nascimento, que ontem passou. Para começar, muito há a dizer a respeito de

Pessoa e os enjoados

Desenho de João Abel Manta



Teresa Rita Lopes

Que interesse pode ter continuar a emitir opiniões sobre Pessoa quando a obra continua, em grande parte, por conhecer?

Não, não é bizzarria afirmá-lo, nem exagero retórico: é mesmo tristemente assim. De facto, até estou com os que dizem que «tanto Pessoa já enjoa» se for desse, remastigado, re-jorgitado, refervido. Só que é preciso analisar o que os faz dizer, a esses que o dizem, que estão enjoados. E acho que vale a pena começar por dedicar a esta atitude tão generalizada uma rápida reflexão.

Quem é que se sente enjoado e quem é que se sente lesado com a voga pessoana?

Podem-se sentir enjoados os que consomem Pessoa espetado num palito nos «coquitêus» da inteligência pátria e não só. Esses eu compreendo-os: toda a superficial excitação dos sentidos, seja ela qual for, exige mudança, variedade. As modas são, por natureza, efémeras. Quem consome Pessoa como qualquer outro artigo em voga — coisa ou vedeta — tem por força que estar entediado. Mas o problema é dele — é deles.

Se Pessoa passou, como tem passado — para o chamado «imaginário» pátrio (para usar também palavras na moda), por ter sido incorporado nessa leiva a que se chama cultura. Se falando ou escrevendo ele nos acode ao espírito substituindo outras fontes de sabedoria perdida (a de tradição oral, os chamados clássicos) é porque o homem tem necessidade de se alimentar interiormente de algo que esteja acima do seu quotidiano de «cadáver adiado que procria». Por mais eficaz que se sinta, mais em dia com seus deveres cívicos e religiosos, o ser precisa de interlocutor para essa demasia de afectividade

e imaginação que as suas tarefas quotidianas não absorvem nem satisfazem. Havia, dizem, durante a guerra uma fome específica a, a de pão, a do pão às secas, que o mais delicioso pão-de-ló do mundo não enganaria. A poesia é o pão para essa fome — e refiro-me à poesia primordial, antes de ter sido empacotada e rotulada de romance, teatro, pintura, escultura, música, etc., etc. (Bem que a gente de Orpheu — Almada à frente, neste caso — percebeu que a arte é só uma, como os homens da Renascença e do Simbolismo sonharam, a sua expressão é que toma formas diferentes.)

Chego, por isso, à minha de dizer que Pessoa enjoa se for consumido mundanamente, superficialmente, apenas nos suplementos culturais dos jornais ou públicas comemorações inevitáveis, mas não enfastia esses a quem alimenta a fome quotidiana de poesia. Vamos descansar todos, findas as comemorações do Pessoa-caviar e deixem-nos de novo a sós com o Pessoa-poesia, pão nosso de cada dia.

«Todos os dias faz anos que se inventaram as palavras», escreveu o Almada, em quem a poesia se fez prosa, teatro, pintura, sei lá que mais. É essa palavra poética que vale a pena comemorar todos os dias, cada um a sós consigo. Não fazer como a maioria dos crentes nas suas religiões que, cumpridos os rituais deveres de «desobriga», se entregam, de consciência leve, às suas quotidianas batotas e traições para com a divindade venerada.

Poesia e latas de conserva

Se digo que Pessoa é a poesia, não exprimo apenas um sentimento pessoal mas uma constatação: no decorrer duma leitura, duma conversa lá vem a sua voz, sem já ser preciso no-

meá-la. E a verdade é que o ser tem necessidade desse alimento para a sua imaginação, desse ponto de referência para a sua expressão. Os seres da cidade, inteiramente desenraizados duma cultura de tradição oral e à margem da cultura assinada veiculada por livros que não lêem, só têm para matar a sua fome os enlatados dos chamados meios de Comunicação Social. E se há coisa de que a criatura depressa se enjoie é de latas de conserva. É assim que nas lojas, na rua e nas escadas do prédio, quando não na própria casa, as personagens e os dizeres da novela televisiva em curso são o único alimento para as comparações e metáforas que os seres precisam de fazer para extrairer às conversas do quotidiano qualquer chispa de imaginação. E ainda é o que vale. Porque se não fosse esse apelo para o gratuito, o amor e a fantasia, que outros meios teria realmente o homem comum para se arrancar à sua condição de «besta sadia» — e nem sequer — «cadáver adiado que procria», como diz o outro.

Tudo está em não transformarem Pessoa num enlatado qualquer. Isto é: tudo está em não transformarem a Poesia em lata de conserva.

Os enjoados podem ser de duas categorias: os ignorantes e os despeitados.

Nos da primeira categoria até eu me incluo: enjoei de discutir se Pessoa é assim ou assado, cozido ou frito enquanto não acabar de conhecer as facetas ocultas de Pessoa. Enquanto não se puder desenhar o mapa desse planeta afinal ainda por conhecer, não me apetece refazer a visita dos santuários consagrados (porque isso são, para mim, os cultos mortos) ir pôr flores no «Menino de Sua Mãe» ou acender uma velinha no altar da Mensagem, bíblia dos adiados à espera da sua

Hora.

Mas os enjoados que mais proclamam o seu enjoo são os que nem sequer conhecem a obra publicada. Não leiam o que Pessoa escreveu mas o que se tem vindo a escrever sobre Pessoa. É o que se pode chamar o enjoo de Pessoa por interpostas pessoas.

Mas ainda há outro tipo de enjoados: os despeitados. Já nos anos sessenta, numa conferência na Sorbonne, assisti a uma reacção deste tipo do grande homem, mas às vezes tão enternecedoramente menino pequeno, que foi Jorge de Sena: depois do director do Instituto, o Professor Bourson o ter apresentado nos seguintes termos: «... au Portugal, après Pessoa, Sena» o seu descontentamento foi flagrante. E toda a sua palestra foi no sentido de mostrar os fracos de Pessoa e de assim, quem sabe, inverter a ordem segundo a qual tinham sido apresentados... É humano, pois, esse ciúme, e nem o mais pintado poeta dele está livre...

mas vamos lá a ver:

Sentir-se-ão os lesados minguar e murchar por crescerem à sombra dessa frondosíssima árvore que assim se revela castradora dos talentos que quer fazer brotar e alimentar? O que acontece na agricultura poderá reproduzir-se na cultura, sem agri-? Assistiríamos assim a um grave fenómeno de atrofia da criatividade pátria que poderia mesmo dar origem a mais um exódo para o estrangeiro dos criadores abafados. Fugiriam, neste caso, não de Salazar, mas de Pessoa, para fora do alcance dessa imensa sombra que os impede de se poderem exprimir. (Só que teriam que procurar países mais longínquos que os anteriores emigrados políticos porque em França é o que se sabe: abrem o *Libération* e dão de caras com

a afirmação que «A Tabacaria» é o mais belo poema do mundo, atiram fora este jornal, pegam no *Le Monde* e ao seu encontro a lista dos inúmeros pessoas todos os dias nomeados e traduzidos dados à luz por várias editoras... Deitam fora todos os jornais, abrem a rádio, e salta-lhes uma voz da France Culture, aliás várias vozes, as dos muitos que por cá andaram a conhecer o país de Pessoa, a longamente ouvir não só os seus artistas mas a gente das ruas. Nem sequer compensam o triste exilado ouvir dizer que neste momento a literatura portuguesa é uma das mais interessantes do Mundo... Vão comprar jornais espanhóis, para variar desta sela. E logo no editorial: «Saí hoje de casa com o meu Pessoa no bolso...» E já nem sequer lêem a afirmação, nessa ou noutra página, de que a literatura portuguesa é uma das mais ricas literaturas contemporâneas.

Perseguidos e abandonados

Cansado de ser desfeitoado, o nosso exilado, sem meios nem vontade de se autodegradar em qualquer perda ilha do Pacífico para definitivamente ficar ao abrigo da agressão pessoana, sente-se ao mesmo tempo perseguido e abandonado.

Mas há sempre um conselho que se lhe pode dar: deixe de comprar jornais e de ouvir a rádio. E faça como Pessoa quando regressou a Portugal em 1911, com a família, em gozo de férias, para uma curta estadia de um ano. Datam de então os seus primeiros jornais, *O Palrador* e a *Palavra* inteiramente escrito (à mão) por ele só, mas já aí brincando a ser muitos. Num desses números (de 1902) não só se multiplica pelos vários autores colabora-

dores como até dá a bibliografia de uma deles; Eduardo Lança, por sinal brasileiro da Bahia, poeta, formado em comércio, autor de vasta obra, radicado, naquele momento, em Lisboa, e apurando-se a escrever, como diz o apresentador «num estilo verdadeiramente português». (E já agora e só entre-parêntesis, que o pobre enjoado se não lembre de emigrar para o Brasil porque aí, se o enjoo matar, terá morte instantânea.)

Mas enquanto o enjoado por cá fica a curtir esse terrível (imagino) mal-estar, vai dizendo e, naturalmente, deixando proliferar uns dislates que, esses, para os que cá ficam, convém serem desfeitos: alguém disse, por exemplo, recentemente em cerimónia pública no pleno exercício das suas funções de crítica e, ainda por cima de um conhecido e internacional Club, e numa das nossas catedrais de cultura, que publicações do tipo da *Hora do Diabo*, de minha responsabilidade, eram «montagens» e mereciam o seu repúdio. Que leia o enjoado crítico a obra que critica — o texto e as numerosas anotações —, e reparará que, estando o texto como a esmagadora maioria dos textos de espólio em folhas soltas, reconstituí-lo implica agrupá-las segundo o critério que o convívio que cada um tiver com o Poeta lhe permitir (o meu vai para cima de trinta anos). Ou vamos deitar fora as mais de dez mil folhas soltas ainda inéditas de Pessoa que Pessoa assim deixou e os seus posteriores arrumadores desarrumaram? E para quê? Para livrarmos os enjoados do Pessoa e das pessoas que lhes fazem sombra?

E que outro critério não há — chame-lhe montagem se quiser — para tratar as mais de dez mil folhas soltas ainda inéditas.



Antes ainda da grande vaga dos últimos anos, o poeta foi sendo, aos poucos, «descoberto», dentro e fora de Portugal. Aqui se fala de

Os pioneiros de Pessoa

José Blanco

No momento em que Fernando Pessoa, cumpridos cem anos sobre o seu nascimento e cinquenta e três sobre a sua morte, começa a atingir a plenitude da fortuna crítica internacional, com um número crescente de traduções nas mais diversas línguas, justifica-se que se recordem o que chamaremos os seus pioneiros. Ou seja, aqueles que, fora de Portugal, foram os primeiros a pressentir o que hoje é universalmente aceite pela crítica: que Pessoa é um dos mais importantes criadores do nosso século, ao nível de Stravinsky, Picasso, Joyce, Braque, Khlebnikov e Le Corbusier (como escreveu Roman Jakobson), e o igual, em poesia, de um Saint-John Perse, de um Maiakovsky ou de um Gottfried Benn (nas palavras de Alain Bosquet).

Os riscos de eventuais omissões, sempre possíveis, são compensados pela justiça que prestaremos àqueles que souberam chamar a atenção para a importância da obra do Poeta. Seguiremos, para tal, um critério cronológico, citando, quando for caso disso, mais do que um nome em cada língua.

Antes, porém, de começar-

mos a nossa lista de honra, prestaremos homenagem a dois críticos portugueses, percursores ainda em vida de Pessoa. A primeira referência à importância da obra pessoana pode ler-se na dissertação de licenciatura que José Régio defendeu em 1925 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e confirmou no artigo «A geração modernista» publicado em 1927 na revista **Presença** (n.º 3, de 8 de Abril). Cabe a outro dos fundadores da **Presença**, João Gaspar Simões, o mérito de ter publicado, nas páginas do n.º 29 daquela revista, em fins de 1931, o primeiro ensaio crítico sobre o Poeta: «Fernando Pessoa e as vozes da inocência», pouco depois incluído no seu volume **O Mistério da Poesia**.

Entre as referências de Régio, em 1925, e de Gaspar Simões, em 1931, surge em Junho de 1930, nas páginas da revista parisiense **Contacts** (n.º 3) o primeiro artigo sobre Fernando Pessoa (que tinha então 42 anos) publicado em língua estrangeira; foi seu autor Pierre Hourcade, então jovem bolseiro da **Ecole Normale** da Universidade de Coimbra. Em Janeiro de 1933, o mesmo Pierre Hourcade dava a lume na revista **Cahiers du Sud**, de Marse-

lha, as primeiras traduções de Pessoa. Tinham passado sete anos sobre a morte do Poeta quando, em 1942, a editora **Ática** principiou, em Lisboa, a publicação em volume da sua obra poética. Nesse mesmo ano, outro francês, Armand Guibert, publicava no jornal **La Tunisie Française** a tradução do poema «Ela canta, pobre ceifeira», iniciando uma vasta obra dedicada ao conhecimento do Poeta em língua francesa, que inclui até hoje onze volumes e inúmeros artigos e traduções espalhados por jornais e revistas de França e de outros países.

Espanha e Brasil: primeiros ecos

Em 1944, fazem-se ouvir em Espanha e no Brasil os primeiros ecos pessoanos. Em Maio desse ano, Rafael Morales publica na revista **Garcilaso** a primeira tradução de Pessoa em castelhano — o poema «Qualquer música». Do outro lado do Atlântico, a brasileira Cecília Meireles, publica no Rio de Janeiro a antologia **Poetas Novos de Portugal**, na qual inclui poemas de Pessoa, obviamente sem necessidade de tradução. Em Dezembro desse mesmo

ano, outro grande poeta brasileiro, Murilo Mendes, refere-se num artigo da **Folha da Manhã**, (de Recife), à publicação das obras de Pessoa, considerando-a «um dos maiores acontecimentos literários e artísticos deste século». Em Espanha há um compasso de espera até 1946, ano em que Joaquim de Entrambasaguas publica nos **Cuadernos de Literatura Contemporánea**, de Madrid, uma selecção de poemas traduzidos; novo hiato, este mais longo, e em 1957 Angel Crespo inicia, com a tradução de um poema do n.º 9 da revista **Rocamador**, de Palência, e com a publicação de uma antologia de poemas do heterónimo Alberto Caeiro (Colecção Adonais, Rialp, Madrid), uma longa carreira de tradutor, crítico e divulgador de Pessoa. Registrem-se, na área de fala castelhana da América do Sul, os pioneiros Rodolfo Alonso, na Argentina (1961), e Octavio Paz, no México, este último com o ensaio, hoje clássico, **El desconocido de si mismo**, introdução à sua antologia de Pessoa publicada em 1962.

No ano seguinte àquele em que no Brasil e em Espanha apareciam as primeiras referências a Fernando Pessoa (1945), M. Gasparini publicava em Itália a tradução de três poemas ortónimos (in **Poesia**, Mondadori, Milano); seguiram-se-lhe Massimo Spiri em 1951, (in **Panorama della Poesia Mondiale**, Fratelli Bocca Editori, Milano), Leo Negrelli em 1964 (com a tradução de três poemas ocultistas in **Il Sonetto Portoghese**, Fauno Editore, Florença) e, finalmente, em 1967, a primeira grande antologia em italiano, de que foi autor Luigi Panarese (Lerici, Milano).

O Pessoa «inglês»: hiato de 29 anos

Como é sabido, dois jornais britânicos — o **Times** e o **Glasgow Herald** publicaram, em vida de Pessoa, recensões críticas a **Antinous** e a **35 Sonnets** (em Setembro de 1918). Foi preciso, porém, esperar vinte e nove anos para que aparecesse, fora de Portugal, outra referência ao Poeta em língua inglesa. Por ironia do destino, tal referência pioneira deve-se a um professor e crítico galego, Ernesto Guerra da Cal, com um artigo publicado em 1947 no **Columbia Dictionary of Modern European Literature** (Columbia University Press, Nova Iorque). O poeta sul-africano Roy Campbell publicou em 1957 no seu livro **Portugal** (Max Reinhardt, Londres) as primeiras traduções literárias de Pessoa em língua inglesa. Onze anos mais tarde, em 1971, surgiram as três primeiras antologias de Pessoa em tradução, por F.E.G. Quintanilha (University of Wales Press, Cardiff), Peter Richard (Edinburgh Uni-



versity Press) e, nos Estados Unidos, por Edwin Honig (The Swallow Press, Chicago).

Em alemão, a revelação da poesia de Fernando Pessoa deve-se ao poeta Paul Celan que, em colaboração com Edouard Roditi, publicou sete poemas na revista **Die Neue Rundschau**, de Frankfurt, em 1956. Em 1962 surgiu, também em Frankfurt (Suhrkamp Verlag), a primeira antologia preparada por Georg Rudolf Lind que, desde então, não tem esmorecido na tarefa de revelar as múltiplas facetas do Poeta ao público de língua alemã.

Enumerem-se sumariamente, os pioneiros críticos e tradutores pessoanos noutras línguas: em chinês, Luís Gonzaga Ribeiro (1959); em húngaro, Nemes Nagy Agnes (1964); em checo, Josef Hirsal e Pavla Lidmilová (1968); em grego, Germaine Mamalaki (1969); em estónio, Ain Kaalep

(1973); em romeno, Roxana Eminescu (1973); em sueco, Arne Lundgren (1973); em croata, Mirko Tomasovic (1973); em finlandês, Pentti Saaritsa (1974); em norueguês, Johann Fredrik Groggaard (1974); em russo, E. Golubeva (1974); em polaco, Mikolaj Bieszczadowski (1975); em holandês, August Willemsen (1977); em catalão, M. de Seabra e J. Horta (1981); em asturiano, Xuan Bello (1984); em aragonês, Francho Nagore Lain (1984); em euskera, Joseba Larrionandia (1985); e em japonês, Mineo Ikegami (1985).

Aqui fica a homenagem — que o leitor avisado corrigirá nos erros e omissões que possa conter — àqueles que, nos seus diferentes países e línguas, souberam reconhecer pioneiramente o génio do poeta português mais universal depois de Camões.

57 99 91

(Rede de Lisboa — Atende um gravador automático de Chamadas que está de serviço 24 horas por dia)

PRESTAÇÕES SUAVES • SEM FIADOR

DESEJO RECEBER SEM COMPROMISSO INFORMAÇÕES SOBRE:

- Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura «Verbo» 21 Vol.
- Grande Enciclopédia Geográfica «Verbo» (7 Volumes)
- Gigantes da Literatura «Verbo» (26 volumes)
- Biblioteca dos Grandes Mitos e Lendas Universais «Verbo» (11 volumes)
- Fernando Pessoa (edição de luxo) «Verbo» (4 volumes)
- Tesouros da Literatura Portuguesa «Verbo» (os nossos melhores escritores «encad. luxo») (11 volumes)
- Grandes Obras Primas da Pintura «Verbo» (6 volumes)
- Enciclopédia Prática do Lar Moderno «Verbo» (8 volumes)
- Vamos Aprender para crianças em idade pré-escolar (interessa muito a educação de infância) «Verbo» (8 volumes)
- Enciclopédia POLIS da Sociedade e do Estado — Direito, Antropologia, Economia e Ciência Política «Verbo» (5 volumes)
- História da Europa do Dr. João Ameal «Verbo» (5 volumes)
- Corpos de Elite «Verbo» (10 volumes)
- Clássicos do Romance Contemporâneo «Verbo» (10 volumes)
- Enciclopédia do Mundo Moderno (para jovens) «Verbo» (5 volumes)
- Mundo das Plantas «Verbo» (8 volumes) — profusamente ilustrado
- Os Trapalhões (para crianças) «Verbo» (10 volumes)
- Vida Quotidiana Através dos Tempos «Verbo» (6 volumes)
- Enciclopédia Cambridge da Ciência «Verbo» (8 volumes) em colaboração c/Universidade de Cambridge
- Dicionário Ilustrado «VERBO» ING. - PORT. (5 volumes) «100.000 termos técnicos».

Nome _____ Profissão _____
Morada _____ Localidade _____
Indicativo Telefónico _____
Telef. casa _____ Telef. Serviço _____

Recorte e envie ao AP. 2938 — 1123 LISBOA CODEX

ao c/do dr. Eloy Mora — Telef. (noite) 243 59 12

Há Bernardos Soares de Lisboa a Tóquio e foi para eles — ou por eles — que o livro que não é livro se foi escrevendo, ou a cinza dos dias o foi escrevendo por Fernando Pessoa. Visão do impasse do imaginário, é uma escrita que releva de um tempo — o

Tempo de Pessoa ou O Inconsolador

Eduardo Lourenço

Penso às vezes que nunca sairei da Rua dos Douradores. E escrito isto, então, parece-me a eternidade

Livro do Desassossego

Cinzentos e luminosos. Falo de um texto. Do vertiginoso texto parado, opaco e cintilante que não irradia para o exterior mas se concentra num só ponto de máxima densidade. Esse ponto onde um texto não tem sujeito, não é lugar de nenhuma história, mas da ausência de todas as histórias. Um texto que ao aproximar-se do grau zero da ficção institui por esse movimento um outro espaço de ficção, a ficção silenciosa da existência em busca de nome e, por isso, de toda a gente e de ninguém.

No outro Pessoa todo havia «eu» a mais sob a fingida abdicação do antigo herói de tudo o que acontece entre nós e o universo. Só no **Livro do Desassossego** a abdicação é real, o teatro interior findo, o anonimato perfeito.

No **Livro do Desassossego** se consigna a grande dor e a secreta exultação da existência humana como intrinsecamente anónima, **in-transcendente** em todos os sentidos da expressão que dramatiza em excesso o nenhum peso do seu conteúdo. Mas de todas as cruces que os homens inventaram para ser sublimes esta — definitivamente sem crucificado por já não haver motivo de holocausto a Deus, ao Poder, à Glória, ao Saber, à Arte, ao próprio Sonho que neles se sonhava — a do anonimato da universal Rua dos Douradores é a única que pesa e não tem resgate. Ou é ela mesma a encarnação do resgate impossível.

É a universal evidência desta revelação às avessas, o calmo fulgor que irradia desta lareira escrita onde a ilusão se consome sem deixar mais rasto que o

do silêncio — de fim do mundo ou de começo de outro tão improvável como o que acaba — que converte o **Livro do Desassossego** no manual de mutantes do nosso crepúsculo cultural de ocidentais, antigos escribas da sua própria aventura como aventura divina.

Escrever para dizer que não é possível escrever

Bernardo Soares escreve de si como de ninguém, com aplicada consciência de escriturário, não do Nada grandioso que inspirava as efusões épicas do profissional de génio que foi Alvaro de Campos, mas dos «nadas» que tiram a esse antigo sócia de Deus, o seu suposto esplendor. Não é a sua condição de escravo cardíaco das estrelas nem o deslumbramento fictício que delas desce que o exalta e lhe pede a distraída a quase indiferente notação. É o que há de mais insignificante à sua volta, o que passa despercebido como se tivesse nascido para isso, o que simula tão bem a existência como puro espectáculo indiferente à ideia mesma de um espectador ele, que se vem inscrever quase que a seu pesar, na escrita transparente de **O Livro do Desassossego**.

Na verdade, por mais surpreendente que esse olhar, sem olhos de gente por detrás, que Bernardo Soares pousa sobre os telhados de Lisboa, o rosto quotidiano e sobrenatural do mais cinzento dos seus companheiros de mesa ou de escritório, a sua própria vida — sobretudo a sua própria vida — oscilando sem cessar entre a consciência da sua nulidade e a exaltação quase jubilosa do seu pouco de existência, o único personagem do seu verdadeiro falso diário é esse acto de escrevê-lo, a escrita que ela é, e onde, inexplicavelmente, o insignificante muda de sinal e a extraordinária irrealidade de to-

das as coisas começa, de súbito, a ser real.

Não havia na literatura portuguesa e, em tal grau, na maioria das outras, uma tão lúcida visão do impasse do imaginário moderno, anunciado por Flaubert e transfigurado no **Livro do Desassossego** em reiteiração pura da impossibilidade de escrever senão para dizer que não é possível escrever. Escrever como acto ontológico onde a aparência do mundo de si mesmo se faz espelho ou o imaginário eu conservava a ilusão de existir escrevendo-se. A escrita como de-existência é o único sujeito da prosa de Pessoa e é como formulador — em linguagem transparente — desta evidência que o **Livro do Desassossego** se vai tornando, em toda a parte onde com surpresa é acolhido, como pura poética de um silêncio, hoje coexistente com toda a manifestação escrita.

O escriturário (neuro) da idade do Vazio

Não aprendemos no **Livro do Desassossego** nada que não soubéssemos já através do que é costume chamar a sua «poesia». Contudo, é um outro tipo de mensagem que sob as mesmas fórmulas em prosa desloca a perspectiva euforizante de todo o **poético** — só por sê-lo — do seu espaço sublimado para qualquer coisa como um «terreno vago» escrito onde nenhuma mensagem é concebível e menos do que todas a **mensagem** em que um outro Pessoa se encarnou e os fiéis dela o desejariam solidificar.

É pela rasura das mensagens, pelo canto raso do insignificante — concebido como o que vale a pena na escrita que não dizendo já o ser, o diz da única maneira ainda plausível — que o livro de Pessoa vai ao encontro de um imaginário ocidental que se conhece bloqueado e goza a delícia desse

bloqueamento.

Como poeta da **Mensagem**, Pessoa ter-nos-ia ficado em casa pelo vínculo em excesso particular — pese aos seus exegetas extáticos — que religa o seu sentido, por mais vocacionado que seja para a fala de um mistério universal, a uma História que só o é para nós. Como Não-Mensagem, **O Livro do Desassossego** rasura a sublimidade do nosso imaginário privado e comunica, na luminosidade do seu olhar de anjo do quotidiano no espaço sem fronteiras de um imaginário sem sujeito. Há Bernardos Soares de Lisboa a Tóquio e foi para eles — ou por eles — que o livro que não é livro se foi escrevendo, ou a cinza dos dias o foi escrevendo por Fernando Pessoa.

Há pouco um jornal estrangeiro registava, como uma evidência já sem surpresa, o **triumfo** de Pessoa. Importa menos esta vitória exterior, sob o signo da publicidade universal, que as razões dela.

O que Lipovetski chama a Idade do Vazio tinha já os seus escribas épicos ou burlescos de génio, de Kafka a Beckett e Ionesco ou os seus glosadores cintilantes como Cioran, mas não o seu escriturário neutro. Neutro e ao mesmo tempo dentro e fora dessa experiência do vazio como essência da Modernidade. Tudo seria mero eco atrasado do sentimento da existência imaginariamente sublime como aquela que na **Mensagem** serve de pedestal para uma última metamorfose da poética romântica — se esse «vazio» não pudesse ser circunscrito pela **palavra** que o diz. E é todo o alcance do **Livro do Desassossego** e da sua estratégia oblíqua. É no rosto das coisas menos gloriosas, por assim dizer, à tração, que Fernando Pessoa servindo-se de Bernardo Soares como de um Watson inteligente colhe na sua rede esse «vazio» inerente a tudo e colhendo-o o nega no momento mesmo em

que por ele é contaminado.

O milagre é imprevisível. Mas que um adjectivo no sítio certo ilumina a paisagem como um relâmpago basta para que o não-ser do mundo se suspenda e se volva **escrita do ser**. Mas de nada valeria o adjectivo exacto se a exactidão dele não servisse a visão, sobre fundo de nada, do universo que todo o gesto heróico não basta para esconder. Como de nada valeria se essa mesma visão do nada, nada metafísico, colhida como uma rosa por distração, não lhe servisse para redimir por um humor sem tradição entre nós a realidade atroz em que converte cada destino. Não é fácil imaginar tanta crueldade e tanta compaixão — uma e outra como anónimas — como a de certas páginas do **Livro do Desassossego**, de um humor vertiginoso e de não menos vertiginosa tristeza.

«O único viajante com verdadeira alma que conheci»

Entre elas a do retrato do «maior viajante», quase seu duplo ainda mais anónimo e nosso duplo:

«O único viajante com verdadeira alma que conheci era um garoto de escritório que havia numa outra casa, onde em tempos fui empregado. Este rapazito colecionava folhetos de propaganda da cidade, países e companhias de transportes; tinha mapas — uns arrancados de periódicos, outros que pedia aqui e ali — tinha recortados de jornais e revistas ilustrações de paisagens, gravuras de costumes exóticos, retratos de barcos e navios. Ia às agências de turismo, em nome de qualquer escritório hipotético ou talvez em nome de um escritório existente, possivelmente o próprio onde estava (...). Não era só o maior viajante porque o mais verdadeiro que tenho conhecido: era também uma das pes-

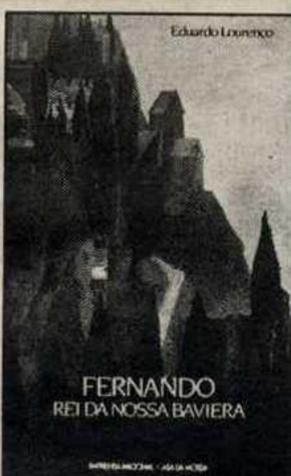
soas mais felizes que me tem sido dado encontrar. Tenho pena de não saber o que é feito dele, ou, na verdade, suponho somente que deveria ter pena; (...) deve ser homem estúpido, cumpridor dos seus deveres, casado talvez, sustentáculo social de qualquer — morto, enfim, em sua mesma vida. É até capaz de ter viajado com o corpo, ele que tão bem viajava com a alma.»

A janelas destas nunca ninguém assomara antes. Ou talvez: Raul Brandão, mas só em primeiro grau. É o que entre tanta coisa os distingue. Entre a mesma visão triste do universo, a distância dos astros. A distância **escrita**, a escrita como distância que inventou para nós esse olhar que vê não só o inverso de todas as coisas mas o que eternamente lhe falta para que nós acreditemos nelas, para crer que existimos por analogia. Era **negativo** — não era mesmo humanismo o de Fernando Pessoa e sobretudo o de Bernardo Soares, como escrevia há pouco Luc Ferry para designar a visão futura do séc. XXI. Era onde estava já nos começos deste século o empregado Bernardo Soares. Foi preciso um século para que ficássemos colegas do escritório dele.

É sem dúvida isto o que explica o «sucesso» de Pessoa. E ninguém o prenderá numa argola que não existe para quem fabricou muitas para não ter nenhuma. Agora neste momento, os que precisam de quem os leve ao colo para pátrias que ele rejeitou queriam — querem — transformá-lo no grande ídolo da nossa Cultura, no seu grande consolador. Mas o inconsolável por outrem que por si mesmo na sua suicidária e eufórica escrita não tem para nós mais que o emprego sem emprego da inconsolação, da redução vertiginosa das nossas ilusões vitais e culturais — o jogo de deuses indiferentes às ruínas da cidade em fogo. ■



Pessoana Mínima.
Escritos Sobre
Fernando Pessoa
de António Tabucchi
Esc. 660500



Fernando,
Rei da Nossa Baviera
de Eduardo Lourenço
(Prémio da Associação Internacional
de Críticos Literários — 1986)
Esc. 1200500

LIVROS

DA

IMPrensa NACIONAL

IMPrensa NACIONAL - CASA DA MOEDA



Houve uma só, e episódica, ligação afectiva na vida do poeta. Será preferível colocar a questão nos seguintes termos:

Fernando Pessoa ou o "noivo" da própria obra

David Mourão-Ferreira

É bem conhecido, pelo menos com os dados de que dispomos, o deserto da vida sentimental de Pessoa, o praticamente grau zero das suas experiências eróticas, não obstante a episódica relação afectiva com Ophélia Queiroz, a quem dirigiu estranhas cartas de amor, ora de pungente infantilismo ora de terrível consciência quanto à verdadeira e única Mulher a quem sabia pertencer — e que era, afinal, a própria obra, a própria poesia. «Que isto de 'outras afeições' e de 'outros caminhos' é consigo, Ophelina, e não comigo. O meu destino pertence a outra Lei, de cuja existência a Ophelina nem sabe, e está subordinado cada vez mais à obediência a Mestres que não permitem nem perdoam»: assim es-

creverá ele, em 29 de Novembro de 1920, aquando da primeira ruptura. E, quase nove anos depois — 29 de Setembro de 1929 —, por ocasião da segunda ruptura por ele igualmente provocada, ainda se mostrará mais explícito: «... a minha vida gira em torno da minha obra literária — boa ou má, que seja, ou possa ser. Tudo o mais na vida tem para mim um interesse secundário...»

Absorver-se, deste modo, na realização da própria obra, era ainda uma forma de se ocultar, de se «desconhecer». Aliás, a obra, em termos de completude, de realização integral e sistemática, acabou sempre por se tornar algo de adiado e de inacessível. Exactamente como para o José Matias, do conto homónimo de Eça de Queiroz, a mulher amada — a bela Elisa — foi também sempre, por ex-

clusiva vontade sua, adiada e inacessível, o que leva no fim o narrador a dizer, acerca de «este inexplicado José Matias, que era talvez muito mais que um homem — ou talvez ainda menos que um homem...» E creio não existir outra personagem ficcional da literatura portuguesa a quem, sob este aspecto, e só este, Fernando Pessoa tanto se assemelhe.

Não só recusou a possibilidade de um casamento com Ophélia, ou com qualquer outra mulher de carne e osso, como também aos vários heterónimos que criou — **todos homens** — não soube dar senão o invariável estatuto de **solteiros**. Ao seu caso se aplicaria, em sentido translato, e sem sombra, obviamente, de qualquer intenção pejorativa, sequer irónica, o título daquele célebre «quadro» de Marcel Duchamp, realizado aliás pela mesma



Pessoa visto por Júlio Pomar (fragmento)

época em que a obra de Pessoa melhor atingia o seu esplendor heteronímico: **La Mariée mise à nu par ses Célibataires, même**. A obra de Pessoa foi essa noiva; ou ele o noivo da própria obra, violentamente desnudado na ausência de personalidade com que se desejou, pelos diversos celibatários seus heterónimos. Isto, note-se, no plano da obra, porquanto no da vida não deixam porventura de lhe ser aplicáveis, se bem que com as necessárias reservas, aquelas considerações, aliás demasiado chãs, do narrador do **José Matias**: «E concluí que o Matias era um doente, atacado de hiperspiritualismo, duma inflamação violenta e pútrida do espiritualismo, que receara apavoradamente as materialidades do casamento, as chinelas, a pele pouco fresca ao acordar, um ventre enorme durante seis meses, os meninos berrando no

berço molhado...» E mais adiante: «...um ultra-romântico loucamente alheio às realidades fortes da vida...»

Ultra-romântico, Fernando Pessoa? Porque não? Não, decerto, no sentido oitocentista e restritamente histórico-literário do termo, em que o ultra-romantismo mais não foi que uma caricatura epigonal do que já existia de caricato no romantismo em sentido restrito. Mas, se o Romantismo, em acepção muito mais ampla, foi também o movimento em que se operou a grande revolução nas relações do autor com a própria obra — que de passiva se tornou activa, dominadora, devoradora, toda poderosa nas suas exigências totalitárias —, então, sim, Fernando Pessoa, tal como Kafka ou Joyce, Proust ou Mallarmé, foi sem dúvida um «ultra-romântico»

por ter conduzido ao paradoxo aquela mesma revolução, por ter assumido de maneira dramática, na vida e na obra, esse asfixiante império da obra sobre a vida.

Claro está que não era em nada disto que pensava o superficial e pedante narrador do **José Matias** — o qual, naturalmente, de modo algum se identifica com Eça de Queiroz. Mas, ao ter falado em espiritualismo, e mesmo em hiperspiritualismo, sem dúvida que obliquamente intuiu uma outra verdade que também se aplicará ao caso de Fernando Pessoa, porquanto aquele império da obra, criação eminentemente espiritual, sobre as tais «realidades fortes da vida» nos remete efectivamente para uma espécie de espiritualismo que se ignora ou nem sempre tem coragem de dizer o seu nome. ■

FESTIVAL DA JUVENTUDE
SINTRA

24, 25 e 26 de Junho de 1988
campo de futebol do Sport União Sintrense — Portela de Sintra
início dos espectáculos — 21.30 h.

Sexta-feira, 24	JORGE PALMA LENA D'ÁGUA
Sábado, 25	MAFALDA VEIGA JÚLIO PEREIRA
Domingo, 26	NANÁ SOUSA DIAS TROVANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

VENDA DE BILHETES:
— No Local, 1 hora antes do início dos espectáculos.
— Câmara Municipal de Sintra, no Serviço de Atendimento ao Público.

Muito antes da explosão pessoal, em 1953, ela publica o seu primeiro estudo sobre o poeta. Desde então não cessou o seu entusiasmo, vindo a organizar as Obras Completas para a Aguilar e a estar na origem da publicação de *Livro do Desassossego*. Era a entrevista que faltava. O JL foi ouvir

Maria Aliete Galhoz: "O deslumbramento sobrepôs-se à humildade"

Jornal de Letras — Dr.ª, comecemos pelo fim: como é que lhe surgiu o *Livro do Desassossego*? Foi escolhida sua?

Aliete Gallóz — Em 1960, depois de eu ter preparado a Obra Poética de Pessoa para a Aguilar, do Rio, o coronel Caetano Dias, cunhado de Fernando Pessoa, numerou os fragmentos do *Livro do Desassossego* que me entregou, para ir trabalhando, e foi posta a hipótese de ser publicado com um estudo de Jorge de Sena; tendo eu sido então incumbida de dar uma ajuda a Jorge de Sena. Passei quinhentas páginas à máquina e mandei-lhe fotocópias e microfones do restante, mas porque o material era muito difícil de tratar, Jorge de Sena foi adiando até que declinou a edição. Então a família e a Ática acharam que eu era a pessoa indicada para levar a cabo a tarefa, o que muito me honrou mas eu tinha consciência de que um trabalho de tal envergadura não era tarefa para uma pessoa só e apelei ao prof. Jacinto do Prado Coelho para que o tomasse à sua responsabilidade. Foi o prof. J.P.C. quem agregou ao projecto a dr.ª Teresa Sobral Cunha; embora eu sabendo que de certo modo renunciava a um estudo que muito me apaixonava, estava consciente de que o empreendimento me ultrapassava e interessava-me mais o rigor e a realização do que as minhas ilusões pessoais...

P. — Bernardo Soares associa a renúncia à libertação. E suponho que é o mesmo B.S. (cito de memória) que diz: «descobri que ler é uma espécie escrava de sonho. Se tenho que sonhar, porque não os meus próprios sonhos?» Deixa sonhos incólumes o esgravatar na arca de Pessoa, ou exige uma renúncia, uma humildade no seu limite, como a dos medie-

vos monges copistas?

R. — O deslumbramento do que fui descobrindo foi-me de tal modo superior que a minha entrega não teve nada a ver com a humildade, impôs-se... Foi mais um carinho, um assombro, que não me deixaram escolher. Embora deva dizer que foi um carinho com características de ingenuidade que ainda hoje mantenho. Repare, eu li-o pela primeira vez com treze anos e de imediato o achei um **homem bom...** espantava-me que num homem tão sofrido como ele, com uma tão evidente pulsão de morte, não houvesse ressentimento. Vou-lhe contar uma coisa que observei nos papéis algumas vezes, as suficientes para o ter anotado. Nos seus escritos taquigráficos, mediúnicos, quando ele sentia avanços no conhecimento de alguns segredos, o seu sofrimento, a sua dor, deviam ser tão grandes, que encontrei escrita esta frase, aparentemente desconectada, «Do not worry». E à frente este desenhinho seguido de algarismo: 8. Aparece no decurso de uma sequência normal de escritas normalmente decaindo de vivacidade, vacilante mesmo, e onde a própria grafia é afectada, como se regredisse para os traços inseguros da adolescência... e em poemas também aparece isto. A sua vida deve ter-se tornado agónica, entrou numa zona crepuscular, e quando os especialistas do ocultismo dizem que ele tinha medo... compreende, essas coisas da serenidade têm-se quando se é novo...

P. — Depois de todos estes anos de convívio ao confrontar-se com mais um inédito... Pessoa ainda a surpreende?

R. — Eu sou uma leitora de Pessoa e incidentalmente uma trabalhadora de Pessoa, não sou uma especialista...



Maria Aliete Galhoz: uma paixão por Pessoa

P. — ... se quiser então, como leitora, em termos emocionais, este Pessoa em perpétua gestação ainda lhe suscita espantos?

R. — Em relação à poesia e eu conheço a obra de Pessoa, mesmo o que está inédito, a minha atitude é aceitar com expectativa e interesse. Aceito, não faço comentários.

P. — Não desisto, dr.ª. Saiba, a arca de Pessoa faz-me lembrar o «Livro da Areia» de Borges. Só que aí a personagem, horrorizada pelo infinito, decide-se por perder o livro e esquecê-lo. Em sua opinião é um Pessoa pleno aquele que se ameaça expor ao não deixar nada por publicar, ou é um refúgio, um resíduo que só empobrecerá a obra do poeta, vulgarizando-lhe os processos?

R. — O próprio Pessoa tinha consciência disso, havia até um embrulho, dos atados e feitos por ele, que tinha a tinta preta, em grandes letras **BAD**. Noutros escrevia, genericamente sobre o conteúdo, **OLD THINGS...** ali, o ter apostado **BAD** significaria que considerava serem coisas, no mínimo, a refazer. Quando se fez o inventário, as coisas foram metidas em envelopes mais pragmáticos e não foram averbadas as informações de Pessoa sobre a sua própria obra e qualidade

da mesma. Isso é uma perda porque se teria uma indícula do próprio autor sobre o imenso acervo das suas obras...

P. — Mas ele guardava mesmo tudo?

R. — Ele guardava tudo, mas tudo dos seus papéis. Olhe, encontrei quando os estudava, por ex., o retrato de um gato, o convite para o casamento de Casais Monteiro e até um recado da mulher a dias, dizendo que a sopa estava feita e bastava aquecer. Também vário é o suporte onde escreveu: papel de ofício, papel de almoço, papel manteiga, guardanapos, linguados de papel, papel de embrulhar bolos, que ele cortava em oitavos... tudo lhe servia. Neste aspecto foi importante o microfilme porque é material facilmente degradável, imagine lápis sobre guardanapo de papel...

P. — E do que conhece, há originais por revelar que sejam tão importantes quanto o que já está publicado? Vamo-nos maravilhar de novo?

R. — Eu acho que na prosa deve haver coisas importantes que ainda não saíram... Na poesia, daqui por diante tratar-se-á mais de material para um aparato editorial...

P. — Necessário?

R. — Como suporte crítico todo o conhecimento de Pessoa é justo. E, neste sentido, mesmo as coisas mais insignificantes, as repetições, etc... Refletem o estádio de uma busca genética, indicial, em que Fernando Pessoa procede por tentativas, de um modo não digo preguiçoso mas às vezes dir-se-ia, sonolento. Numa edição antológica estes elementos serão dispensáveis, mas são indispensáveis a uma edição crítica. E é bom sabermos que o projecto do Ivo Castro prevê uma edição crítica, em certa medida absoluta, que vai estancar este cor-

ropio editorial, embora preveja também uma edição vulgata, para circulação maior.

P. — Diz a dr.ª Maria Alzira Seixo que a edição da Ática, do L. do D. enferma de «incongruências, que são várias e por vezes gritantes». Quer comentar?

R. — Confesso que foi tão angustiante, envolveu tanta dor, o trabalho do «Livro do Desassossego» que não tive coragem para fazer uma revisão como sempre fiz com os meus exemplares de trabalho em coisas em que tenha participado. No caso do L. do D. não sei se a dr.ª Teresa Sobral Cunha o fez; eu só com Teresa Sobral Cunha e em consenso o faria... Eu distanciei-me e não tive coragem de lhe pegar pelo que não fiz o controlo da edição em relação às matrizes... Admito que há saltos na escrita do L. do D., há extrema dificuldade na decifração e é natural que hajam falhas de leitura que nem talvez a quase divinatória capacidade de decifração da dr.ª Teresa Sobral Cunha tenha resolvido em absoluto. Quanto a incúria ou desleixo, ou falta de cuidado na revisão de provas será factor mínimo, tantas vezes as repasámos...

P. — E a dr.ª, que tem uma certa veteranaria em relação ao Fernando Pessoa, como é que vê todo este alarde, como é que encara em ano de comemorações, esta «festa necrológica»?

R. — Eu abstenho-me de comentar. É um centenário e celebra-se; outras figuras merecem celebração e é natural que a venham a ter. Agora, o certo é que toda a inflação mercantil e o delírio que se junta à volta das coisas é um erro, uma falha inerente à própria estratégia consumista. A agitação é sempre ambígua, espúria, as coisas descambam, descaem e é impossível controlar-se. Por outro

lado, não fazer a homenagem cívica e fazer só, fechadamente, a académica, também não estava certo...

P. — Prepara outras edições de Pessoa? Já me disse que era outro o seu trabalho: agora o que é que a apaixonou?

R. — Estou a trabalhar com o prof. José Augusto Saraiva para a edição do Pessoa ortónimo nas edições *Archive*, que é um organismo governamental ligado à UNESCO. Vai ter dois volumes. O 1.º volume é a *Mensagem* e os poemas de tipo hermético... eu só tenho a responsabilidade da fixação dos textos herméticos e do aparato crítico, com colaboração da professora Ivette Centeno e do prof. José Blanc... o 2.º livro é o resto da poesia ortónima, mas não exaustivamente, que tal não se conhece ainda... Por outro lado, estou ligada ao *Inic* e a um projecto de recolha e estudo da literatura oral popular e aí incide o meu trabalho, que é apaixonante.

P. — A dr.ª deu-me o pretexto para acabar. Diga-nos, as quadras ao gosto popular de Pessoa...

R. — Quanto a mim as grandes quadras estão na restante poesia ortónima. As quadras obedecem à mesma cadência da poesia popular mas são raras as que atingem a craveira da quadra que rolou... Uma coisa que ele mantém muito nas quadras é a rima mas só nos versos pares, o que é característico das quadras populares. As quadras populares são coisas que ficam na retentiva e as lapidares de Pessoa estão no resto da sua obra e não nas *Quadras ao gosto popular*, como aliás uma vez pude comprovar ao ouvir um taxista recitar *O Poeta é um fingidor...*

António Cabrita

A Poesia de Fernando Pessoa (2.ª ed.)
de Adolfo Casais Monteiro
Org. de José Blanco
Esc. 1100500

O Alibi Infinito.
O Projecto e a Prática na Poesia de Fernando Pessoa
de Ettore Finassi-Agro
Tradução de Amílcar M. R. Guerra
Esc. 1500500

LIVROS DA IMPRENSA NACIONAL
IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Fernando Pessoa e o Estado Novo

João Rui de Sousa

Estão os factos no uso da palavra, não quero interromper o orador.

Fernando Pessoa

Na selva cósmica, mas lili-putianamente sórdida e perversa, em que por vezes parece querer transformar-se a nossa vida intelectual e, se possível com maior acentuação, o universo dos que estudam a vida ou a obra de Fernando Pessoa — com alguma gente, não por lapso ou desconhecimento (um e outro compreensíveis e desculpáveis), mas por pura perfídia carreirista e insensibilidade moral, a querer apropriar-se de ideias ou projectos que **sabiam** ser de outros e, pior um pouco, a **servir-se** sem pudor, sem o mínimo respeito pelas regras do trânsito, sem referência da verdadeira autoria, do que outros escreveram, do esforço intelectual que outros fizeram —, tentaremos desenvolver agora, neste ano de justificado comemorativismo pessoano, uma reflexão já iniciada ou indiciada em notórias passagens dum livro por nós publicado vai para dois anos e meio (1), sobre as relações visíveis ou encobertas, públicas ou clandestinas que, num plano de fundo de guerrilha aberta, podemos observar entre o poeta dos heterónimos e o Estado Novo ou o seu chefe. Uma reflexão que, centrada no próprio ano da morte de Fernando Pessoa, procuraremos tornar o mais possível englobante, mas sintética, e não esquecer alguns **apports** que, no imediato, nos pareceram mais significativos para o fim em vista.

Começemos por dizer que 1935 foi para o autor do «Poema em Linha Recta» um ano de cansaço, de consciência da solidão, de melancólica evocação da infância, de indominável sono e de adivinhação da proximidade da morte. Quase todos os seus poemas dessa época falam disso. Mas 1935 também foi — no que corrobora, e de que maneira, Joel Serrão quando este constata, acerca de Pessoa, que «um dos cuidados maiores da sua actividade mental e cultural foi o de índole política, ou seja a preocupação com os rumos e o destino da **polis** que lhe coube em partilha» (2) — um ano de afirmatividade política intensa, sobretudo expressa em crescente hostilidade para com o Estado Novo, para com o dirigismo cultural e as medidas repressivas que, sucessivamente, o regime ia pondo em prática. Logicamente que essa hostilidade também se dirigia à figura ca-

rismática de Salazar.

Dadas certas posições tomadas por Fernando Pessoa durante a primeira República, nomeadamente contra alguns dos seus chefes mais conhecidos ou contra as concepções políticas mais caras ao republicanismo parlamentar — ou, ao invés, a favor de quem conjunturalmente poderia assumir, como no caso do «Presidente-Rei» Sidónio Pais, à memória do qual Pessoa dedicou em 1920 um extenso poema, um estilo mais providencialista de exercício do poder e até, no seu imaginário, o cumprimento da utopia espiritualista do Quinto Império — pode ser surpreendente essa hostilidade. Surpresa que se acentuará se nos lembrarmos de alguns escritos, como o provocativamente futurista «Ultimatum», aliás assinado por Álvaro de Campos, como os textos publicados no jornal **Ação**, em 1919-20, ou como o folheto de 1928 a favor da ditadura militar, ainda que transitória, como o próprio título sugere, **O Interregno**.

Ficaremos menos surpreendidos, no entanto, quando nos apercebemos do sentido estruturalmente livre, acerdadamente crítico e ferozmente independente que caracterizou, sempre, a sua personalidade. Uma personalidade que, nunca ten-

do feito da política uma carreira ou uma obediência partidária ou uma coerente sistematização doutrinal — envolvido que esteve por diversas flutuações de circunstância —, teve ocasião de tomar ao longo da sua vida atitudes que, reveladoras de grande pundonor e coragem, tiveram significado intelectual e político. Foi o caso, por exemplo, da defesa da liberdade artística inerente aos seus manifestos de 1923, **Aviso por causa da moral e Sobre um manifesto de estudantes**, de ataque à campanha «moralista» levada a cabo por uma organização de estudantes católicos de direita, a Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa, constituída por «pequeninos hipócritas, caloios da escola da alta hipocrisia» (3), que, brandindo o «ferro em brasa» e pré-fascista do apelo a que «os livreiros honrados expulsem das suas casas os livros torpes», exigiam um «movimento enérgico de repressão» contra o que alguém então chamou de «literatura de sodoma» — contra, principalmente, os livros **Canções**, de António Botto, e **Sodoma Divinizada**, de Raul Leal, que, com efeito, chegaram a ser apreendidos, por ordem das autoridades da capital.

Será nessa linha de inteireza de carácter, mas também de



Sessão de abertura da Assembleia Nacional (12/1/1935)

fundas convicções e apetências que o ligam a princípios de tolerância e liberdade, que vemos mais tarde o poeta, passado um período de espera atenta e de clarificação, a contestar com discrição ou altissonantemente, o Estado corporativo ou o seu chefe, as suas instituições ou o seu ideário. Como diz Angel Crespo num volume recentemente saído em Barcelona, «o velho liberal que havia nele sentiu-se oprimido com a nova situação e contra ela protestou: primeiramente em privado, ou seja, através das notas sobre política e sociologia que não deixava de ir tomando; depois, em cartas aos amigos ou nas conversas com eles; por último, publicamente» (4).

A menos que se esteja interessado em escamotear a verdade — jogando-se apenas com atitudes ou escritos de qualquer outro tempo, de uma qualquer outra conjuntura ou, até, de um muito ocasional estado de espírito (evento tão possível neste poeta múltiplo, neste poeta que, em uma das suas últimas composições, por sinal assinada por Ricardo Reis, dizia: «viverem em nós inúmeros», «tenho mais almas que uma» e «há mais eus do que eu mesmo») — não pode esconder-se que, pelo menos a um ano da sua morte, se desdobraram em Fernando Pessoa os sinais de desencantamento perante um poder que nunca o encantou (embora tenha encantado, é verdade, alguns dos seus amigos), os sinais de uma revolta que, insofismável e nítida, o destino, cheio de pressa em encurtar a vida do poeta, não deixou desenvolver e radicalizar.

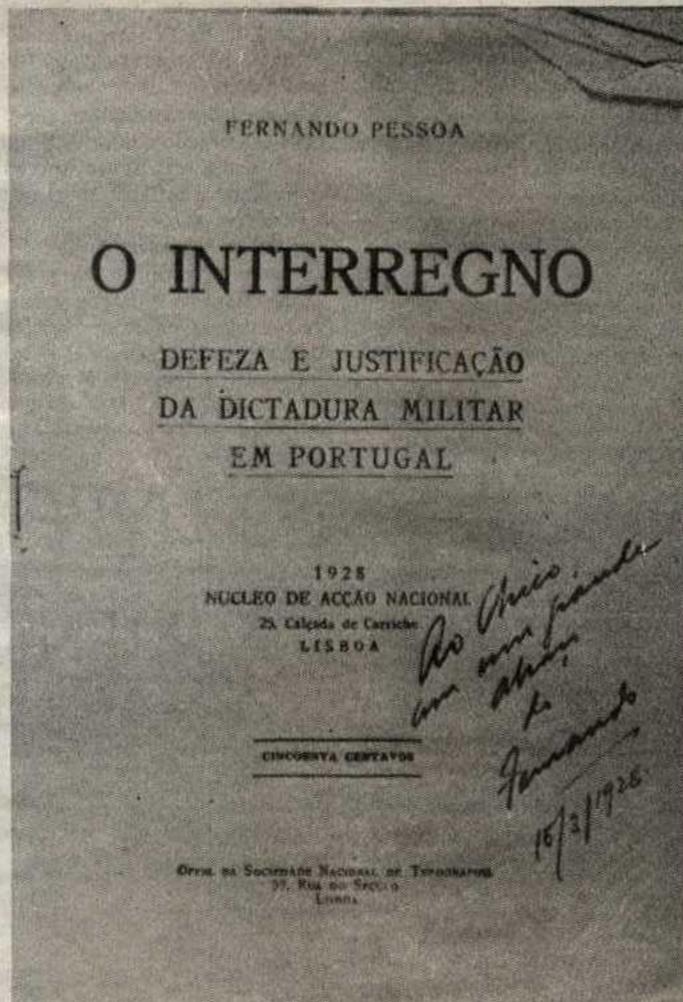
Que sinais, todavia, foram esses? Que luzes se acenderam

no seu espírito a incitá-lo à críspação oposicionista, à coragem de atitudes ou posições com perigosas escarpas ou destinadas ao sofrimento moral de ter de ficar calado, escrevendo apenas para a sua arca, perante a estupidéz, a calúnia, a violência e o vexame? Não tanto como a ideia de trazer-nos novidades, mas com o propósito de contribuirmos para uma certa ordenação, pouco exaustiva que ainda seja, precária que se apresente, de quanto documentalmente, sobre as posições políticas do último Fernando Pessoa — para nós, e quanto a esse aspecto, o mais decisivo (5) —, nos foi possível convocar, daremos de seguida, em sequência o mais possível cronológica, o fio dos acontecimentos. Glosando a frase pessoana que serve de epígrafe a esta reflexão, os factos passam a estar «no uso da palavra». Assim sendo, também nós não queremos, e não vamos, «interromper o orador».

«Mensagem» e o prémio de poesia do SPN

Composto em Outubro de 1934, **Mensagem** foi posto à venda no dia 1 de Dezembro do mesmo ano por decisão do próprio Pessoa, que assim quis associar o lançamento do seu primeiro livro de versos em língua portuguesa ao simbolismo da referida data. Com essa obra, concorreu ao prémio de poesia «Antero de Quental», instituído pelo Secretariado de Propaganda Nacional. O júri — constituído por Alberto Osório de Castro, Mário Beirão,

Teresa Leitão de Barros e Acácio de Paiva — decidiu o que já largamente se conhece: atribuir o prémio da «primeira categoria», correspondente ao «melhor livro de versos», ao livro **Romaria**, do missionário Vasco Reis, relegando **Mensagem** para a «segunda categoria», correspondente a «poema» ou «poesia solta». O júri considerou **Romaria** — de facto uma verdadeira «romaria» de menoridade artística — uma «obra de genuíno lirismo português, que revela uma alta sensibilidade de artista e que tem um sabor marcadamente cristão e popular» (6). Refira-se ainda que na **Imprensa** da época aparece reproduzida a indicação, por certo emanada do júri, de que o livro de Fernando Pessoa apenas transitou pra a «segunda categoria» por razões meramente regulamentares: «ser inferior a cem páginas» (7). Seja como for, esta decisão do júri — em que, ao que parece, «pessou o parecer do seu mais prestigioso membro, o poeta Mário Beirão, um homem da **Renascença Portuguesa**, um amigo ou antigo amigo do próprio Pessoa, mas que aderira completamente aos ideais do Estado Novo, a ponto de ter sido o autor da letra da **Mocidade Portuguesa**» (8) — suscita dois rápidos comentários. Primeiro, ao contrário do que então se fez constar, o corpo de **Mensagem**, incluindo naturalmente o índice e o cólofon, completava exactamente as 102 páginas, o que naturalmente chegaria para satisfazer o estranho «rigor» regulamentarista daquele júri, talvez agarrado ao facto «salvador» do último poema acabar na página 98... Segundo, a própria atribuição de um pré-



Capa do panfleto **O Interregno**, publicado em 1928

mio ao livro de Fernando Pessoa, ainda que de «segunda categoria», foi devida, ao que parece, à intervenção do próprio António Ferro, director do SPN, o qual, sendo amigo e camarada orphico de Fernando Pessoa, e para atenuar os efeitos da decisão do júri, ordenou ainda a subida do valor pecuniário dessa «segunda categoria», que era de mil escudos, para o valor do prémio da «primeira categoria», correspondente a cinco vezes mais.

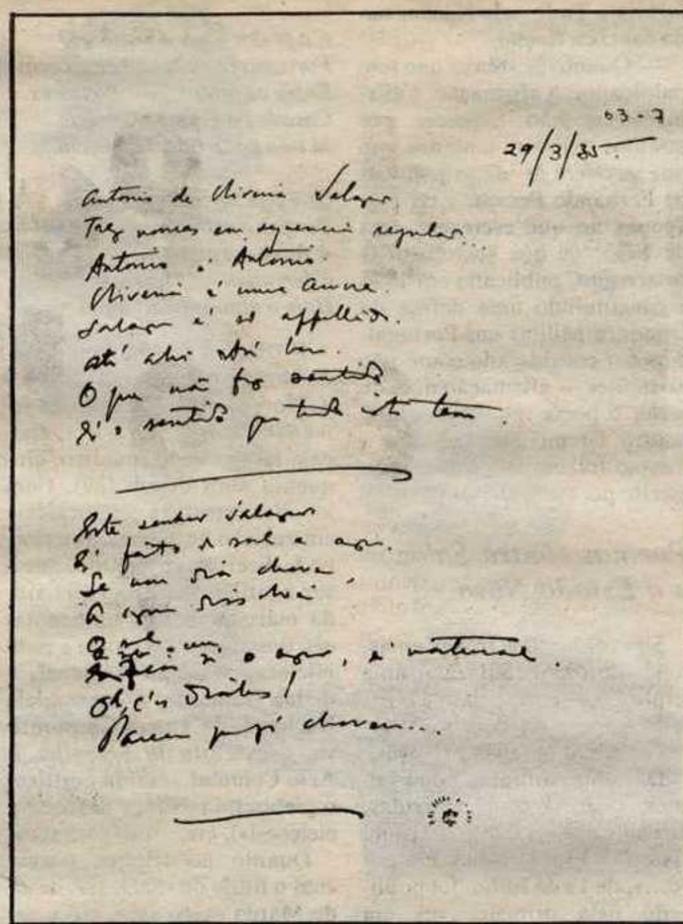
O certo é que, como nos diz ainda António Quadros, particularmente bem situado, como é óbvio, para nos falar de toda esta questão, «a Mensagem, com o seu conteúdo sebastianista mas patentemente divorciado de qualquer tipo de nacionalismo político de carácter absolutista, com a sua profecia de um Quinto Império de ressonâncias herméticas e esotéricas, com o seu patriotismo místico e iluminado, nada aceitando de um presente histórico nacional (...), foi uma obra recebida com mal-estar por gregos e troianos» (9). Do lado situacionista, pelo menos, não se lhe poderia perdoar, e não se perdoou, um teor geral que, como o próprio Pessoa explicita, estava «abundantemente embebido em simbolismo templário e rosicruciano» (10) e, mais ainda, uma visão da sua contemporaneidade que se identifica com a ideia de um Portugal-nevoeiro, de um «Portugal a entristecer» nos baixios de um «brilho sem luz e sem arder». Obviamente que o tom «baço» dessa «hora» visionada por Pessoa — bem patente no poema final de Mensagem — não se conjugava bem com a «hora» dada, em badaladas fortes, pelos relógios das altas torres do Regime, que então já saudavam as grandes vitórias da regeneração pátria, as virtudes cristãs recuperadas e o mais imparável optimismo.

A lei das «associações secretas»

Em 19 de Janeiro de 1935, o deputado José Cabral apresentava na Assembleia Nacional, com carácter de urgência, o projecto de lei das chamadas «associações secretas». Acção obviamente concertada com a estratégia governamental de ilegalizar todas as organizações que pudessem pôr em causa, pelos seus princípios, a «ordem estabelecida», a ordem da dita-

dura institucionalizada dois anos antes, esta medida legislativa destinava-se, sobretudo, a atingir a Maçonaria. A esse projecto de lei respondeu Fernando Pessoa com o artigo «Associações Secretas», inserido no *Diário de Lisboa* de 4 de Fevereiro seguinte. Desse retumbante e minucioso ataque ao «projecto de lei do urgente deputado» permitimo-nos fazer o destaque de dois ou três pontos. O primeiro, de ordem pessoal, em que o autor da «Ode Marítima» informa da sua não vinculação à organização visada: «Não sou maçom, nem pertenço a qualquer outra ordem, semelhante ou diferente. Não sou porém anti-maçom, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica». O segundo é a afirmação da ineficácia dessas medidas em Portugal, quando elas também falharam ao serem tentadas por outros regimes de força, como os de Hitler, de Mussolini (aquém, aliás, o poeta ataca sarcasticamente em pelo menos um texto do seu arquivo, «Profecia Italiana», de 1935) ou de Primo de Rivera: «Se o sr. José Cabral cuida que ele, ou a Assembleia Nacional, ou o Governo, ou quem quer que seja, pode extinguir o Grande Oriente Lusitano, fique desde já desenganado. As Ordens iniciáticas estão defendidas ab origine symboli, por condições e forças muito especiais que as tornam indestrutíveis de fora». O terceiro, é a alusão irónica ao facto de, no caso da aprovação da lei, os seus promotores obterem um único «resultado certo, positivo»: o do «grande número de perseguições a oficiais do Exército e da Armada e a funcionários públicos», com o seu cortejo de compulsivos despedimentos e, consequentemente, de «miséria para as suas famílias».

Como seria de esperar, tal artigo suscitou de imediato a reacção violenta dos meios situacionistas e católico-conservadores. Logo no dia seguinte, o conselheiro Fernando de Sousa faria publicar no jornal de que era director, *A Voz*, o artigo «Mensagem Pró-Maçonaria» (11). Seguiu-se-lhe o próprio José Cabral, que, designando Fernando Pessoa por «um pobre escrevedor» e desenvolvendo a sua argumentação, riposta desta maneira cínica, tipicamente fascista, à denúncia, feita por Pessoa, das perseguições futuras a funcionários



Uma primeira versão, incompleta, do poema sobre Salazar

públicos: «Mas que homens são esses funcionários que assim sacrificam as suas famílias e a Nação aos interesses da Ordem? Que piedade merecem, eles ou os seus? Que podem valer considerações dessa natureza perante o interesse supremo da colectividade?» (12). Três dias após a data do artigo de Pessoa, era a vez de aparecerem mais dois exaltados contendores: Alfredo Pimenta (13) — esse mesmo Alfredo Pimenta que o autor de «O Guardador de Rebanhos» rotulou, em nota não tornada pública, como tantas outras, de «perfeito símbolo do intelectual reacçãoário» e de «monstro (...) triste de si mas alegrado de ódios» (14) — e Luís Bivar, que, sob o pseudónimo de «Malho», dava nesse dia início a uma sequência de artigos publicados no jornal *Novidades* (15). Comentando a intervenção desse «Malho», desse «erudito do antipatriotismo negro» nesse «jornal seráfico», órgão duma «imprensa que se diz cristã», Fernando Pessoa é quase displicente ao dizer: «limitou-se a cair nos alcapões que pus pelo meu artigo fora» (16).

Perante a verdadeira onda de

choque antimaçónica suscitada pelo seu artigo — em que, entre as raras excepções, se pode citar Rolão Preto, com cujo artigo «Não!», publicado no semanário *Fradique* de 14 de Março desse ano, o poeta se sentiu «em pleno estado de vingança» (17) em relação ao escrito que, no mesmo *Fradique*, e também em discordância consigo, o respectivo director, Thomaz Ribeiro Colaço, tinha publicado um mês antes — Fernando Pessoa, embora não ignorante dos perigos em que incorria (18), projectou ou chegou mesmo a elaborar um segundo artigo que teria sido «cortado pela censura» (19). De qualquer modo, é com íntimo orgulho que ele retrata toda a dimensão dos estragos que o seu artigo fizera aos «amanuenses de Deus» e do Estado Novo: «Pela primeira vez na minha vida fabriquei uma bomba. Cerquei o seu dinamite de verdade com um invólucro de raciocínio; pus-lhe um rastilho de humorismo. Feita, atirei-a aos opositores da Maçonaria. E o efeito foi não só retumbante como milagroso. Perderam a cabeça sem a ter» (20). A provar, entretanto, que esses estragos foram rapidamente colmatados

está o facto de a Assembleia Nacional ter aprovado no dia 6 de Abril, por unanimidade e em votação nominal, o referido projecto de lei.

O discurso de Salazar de 21/2/1935

Trata-se do discurso feito na cerimónia da entrega dos prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional, entre os quais o de poesia já atrás referido, cerimónia a que Pessoa não compareceu, embora tenha recebido o respectivo convite. Discurso que, na verdade, praticamente correspondeu, com o acrescento de um breve intróito, à transcrição integral de um longo extracto do texto «Para servir de prefácio» que Salazar tinha escrito para a edição, que estaria próxima, do primeiro volume dos seus *Discursos*. Diga-se que essas palavras se integravam naquela «política do espírito» que António Ferro — como o próprio lembra no discurso que também fez na mesma cerimónia — tinha preconizado perto de dois anos antes (21), artigo onde ainda são visíveis certas ambiguidades, certas concessões a uma cultura universal e humanista (denotáveis, por exemplo, nas citações de um Thomas Mann, de um Sinclair Lewis, de um John dos Passos...) por certo estranha, ou mesmo suspeita, para o ditador. Mas, sobretudo, nesse discurso Salazar procurava dar da famosa «política do espírito» uma nova imagem, uma nova e mais rigorosa definição. É precisamente à luz dessa redefinição e clarificação que Salazar anuncia aquelas «limitações» e «directrizes» que, como tivemos ocasião de sublinhar ou sugerir há cerca de dois anos e meio (cf. nota 1), tanto impressionaram Fernando Pessoa e tão decisivas foram para a notória inflexão das suas opiniões políticas no seu último ano de vida: «Os princípios morais e patrióticos que estão na base deste movimento reformador impõem à actividade mental e às produções da inteligência e sensibilidade dos portugueses certas limitações, e suponho deverem mesmo traçar-lhes algumas directrizes» (22). Tais concepções de dirigismo intelectual e artístico vão completar-se com a ideia, exposta mais adiante do mesmo discurso, de que não pode haver «indiferença pela formação men-

tal e moral do escritor ou do artista, e pelo carácter da sua obra», e de que não pode haver confusão entre o que «edifica» e o que «destrói», entre o que «educa» e o que «desmoraliza», entre «os criadores de energias cívicas e morais» e aqueles que Salazar — em frase mais adiante de novo referida — designava por os **sonhadores nostalgicos do abatimento e da decadência** (23).

Voltando às «directrizes» que tanto irritaram Fernando Pessoa, diga-se que o poeta vai referi-las em quatro momentos, pelo menos:

a) Num texto dactilografado do seu espólio (24), no último parágrafo: «Apareceram recentemente à superfície da terra social uns animais chamados **directrizes**. Definindo mal e depressa, esta palavra quer dizer que qualquer de nós tem que pensar pela cabeça de outra pessoa (...);

b) Em certa estrofe dum poema de rara violência, que referiremos mais adiante, «Isto é o Estado Novo, e o povo...»;

*Com directrizes à arte
Reata-se a tradição,
E juntam-se Apolo e Marte
No Teatro Nacional
Que é onde era a Inquisição.*

c) Num outro poema, de semelhante formulação e intencionalidade, que também aludiremos depois, «Poema de Amor em Estado Novo»:

*Bem sei: por estes meus modos
Nunca me podes amar.
Olha, desculpa m'as todas.
Estou seguindo as directrizes
Do professor Salazar.*

d) Num projecto de carta existente também no seu espólio, aparentemente destinada ao então presidente da República general Carmona, aliás «reeleito» quatro dias antes do referido discurso do chefe da Revolução Nacional: «(...) diz-se aos escritores que têm eles que obedecer a certas **directrizes**. Até aqui a Ditadura não tinha tido o impudor de, renegando toda a verdadeira política do espírito — isto é, o de pôr o espírito acima da política —

IMPRESSA NACIONAL



Fernando Pessoa
— Uma Fotobiografia
de Maria José de Lancaster
Esc. 2750\$00



Uma Conversa no Outono de 1935
de António Tabucchi
Ilustrações de
José João de Brito
Esc. 1650\$00

LIVROS
DA
IMPRESSA
NACIONAL
IMPRESSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Pessoa sobre Salazar: "Quem nos roubou a alma?"

vir intimar quem pensa a que pense pela cabeça do Estado, que a não têm (...)» (25);

e) Em projecto de carta a Adolfo Casais Monteiro, com data de 30/10/1935 — carta que noutra ocasião também já transcrevemos parcialmente (cf. nota 1): «Desde o discurso que o Salazar fez em 21 de Fevereiro deste ano (...), tudo quanto escrevermos, não só não tem que contrariar os princípios (cuja natureza ignoro) do Estado Novo (cuja definição desconheço), mas tem que ser subordinado às directrizes traçadas pelos orientadores do citado Estado Novo» (26).

Nota autobiográfica de 30 e Março de 1935

Nesta importantíssima nota autobiográfica de Fernando Pessoa, revelada pela primeira vez, ao que supomos, na 1.ª

edição de *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, de João Gaspar Simões — então com omissões notórias, devidas, umas, à vontade manifestada ainda em vida pelo próprio Pessoa, atribuíveis, outras, ao lápis azul da censura — importa-nos agora pôr em evidência, dados os intuitos deste itinerário reflexivo, os seguintes registos:

— Quanto à «posição social» e à «posição política»: o considerar-se «anticomunista» e «anti-socialista», mas também o considerar-se «conservador de estilo inglês, isto é, liberal dentro do conservantismo e absolutamente anti-reaccionário»;

— Quanto à «posição patriótica»: o considerar-se «partidário de um nacionalismo místico, de onde seja abolida toda a infiltração católico-romana (...)» e um «nacionalismo que se guia por este lema: **Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação**» — um lema que notoriamente marca, com óbvio acinte, uma diferença muito es-

sencial em relação ao lema salazarista **Tudo pela Nação; nada contra a Nação**;

— Quanto às «obras que tem publicado»: a afirmação, e afirmação a não esquecer por quantos estejam tentados, no que se refere às ideias políticas de Fernando Pessoa, a reparar apenas no que escreveu antes de 1935, de que «o folheto **O Interregno**, publicado em 1928 e constituindo uma defesa da Ditadura Militar em Portugal, deve ser considerado como não existente» — afirmação que, de resto, o poeta reitera ao dizer, noutra circunstância, sobre o mesmo folheto: «dou hoje esse escrito por não escrito» (27).

Poemas contra Salazar e o Estado Novo

São conhecidos três poemas, todos de 1935: «Salazar», uma tríplice sequência, «Isto é o Estado Novo, e o povo...» e «Poema de Amor em Estado Novo».

Das duas últimas composições, aliás já atrás referidas, diremos apenas o que se segue. «Isto é o Estado Novo, e o povo...», de 19 de Julho, foi publicado pela primeira vez em 1974, através de Jorge de Sena (28), com um *incipit* que não corresponde ao manuscrito existente no espólio do poeta. Lapso de transcrição? Transcrição de um outro original? O facto é que nesse poema, composto por dez quintilhas, são sarcasticamente atacadas as mais importantes instituições e conceitos emblemáticos do regime. Dele se reproduzem ape-

nas as duas últimas estrofes:

*E a fé dos nossos maiores?
Forma-a impoluta o consórcio
Entre os padres e os doutores.
Casados o Erro e a Fraude
Já não pode haver divórcio.*

*Que a fé seja sempre viva.
Porque a esperança não é vã!
A fome corporativa
é derrotismo. Alegria!
Hoje o almoço é amanhã.*

O «Poema de Amor em Estado Novo», por sua vez, de 8 e 9 de Novembro, ou seja, a três semanas da morte do poeta, apenas foi tornado público cinquenta anos depois (29). Com idêntica estrutura versificatória em relação ao poema anterior, pode dizer-se, entretanto, que a sua acutilância de tom será ainda mais minuciosa na denotação dos alvos escolhidos: a *nota oficiosa*, a *União Nacional*, a *dívida flutuante*, a *Assembleia Nacional*, a *Câmara Corporativa*, o *Estatuto do Trabalho*, o *Acto Colonial*, o *saldo positivo*, o *plebiscito* («Nunca desceste a eleições!»), etc.

Quanto ao tríplice poema com o título de «Salazar», de 29 de Março — ou seja, cinco semanas depois do já mais de uma vez citado discurso do timoneiro do Regime —, pode lembrar-se que foi publicado pela primeira vez no jornal *O Estado de S. Paulo* (Brasil), a 20 de Agosto de 1960. Uma nota da redacção do periódico paulista, além de assinalar o facto, a reter, do texto estar ironicamente assinado por *Um Sonhador Nostálgico do Abati-*

mento e da Decadência», explicava o seguinte: «Alguém que por motivos facilmente compreensíveis deseja manter-se anónimo, enviou-nos este poema inédito de Fernando Pessoa que vem revolucionar o que se julgava sobre a posição política do grande poeta português». Ora esse «alguém» foi precisamente Jorge de Sena, que, já depois de Revolução de 25 de Abril, fazia publicar o mesmo texto, ainda inédito em Portugal, no *Diário Popular*, a 6 de Junho de 1974, esclarecendo, entre outras coisas, que «esta tripla sequência estava passada a limpo, à máquina, em mais de uma cópia», circunstância que indicaria a intenção, por Pessoa, de «alguma distribuição anónima e clandestina».

Do seu texto — que, como os outros poemas contra o Estado Novo, embora documental-mente importante, não está ao nível de qualidade estética do melhor Pessoa — transcreve-se apenas um fragmento que, mantendo o discurso na linha de ataque fulminante que caracteriza toda a sequência, também envolve a alusão à ausência de liberdade que era a marca primeira do Regime:

Coitadinho / Do tiraninho! / Não bebe vinho, / Nem sequer sozinho...

Bebe a verdade / E a liberdade, / E com tal agrado / Que já começa / A escassear no mercado.

Sobre a maneira como essa constelação poemática era assi-

nada — *Um Sonhador Nostálgico do Abatimento e da Decadência*, como vimos — julgamos útil relembrar o que nós próprios assinalámos em finais de 1985 (30): que essa assinatura era, não apenas uma vaga forma de ironia, mas um remoque frontal, directíssimo, ao discurso de Salazar de 21 de Fevereiro, sobretudo àquela passagem em que, aos airosos «criadores de energias cívicas e morais» se contrapunham os funestos «sonhadores nostálgicos do abatimento e da decadência»...

Outros dois poemas e uma prosa

Quanto ao primeiro desses poemas, «Liberdade», escrito em 16 de Março de 1935, pode dizer-se que não tem uma mensagem «política» imediata ou visivelmente expressa. Mas tem desde logo, além do significativo do próprio título, o significativo do seu conteúdo anarquista, de contracultura e abertamente hedonista — sentidos demasiado revulsivos numa época em que maximamente imperava aquele «preconceito da ordem» que Pessoa já havia escarpelizado em 1915, no «panfleto» *Eh Real!*, e, também, o culto do trabalho e do dever:

Ai que prazer / Não cumprir um dever, / Ter um livro para ler / E não o fazer / Ler é maldade, / Estudar é nada. / O sol doura / Sem literatura. / O rio

ASSISTENTE EDITORIAL

ADMITE-SE

Prestigiada editora livreira com sede em Lisboa, selecciona candidatos/as que preenchem os seguintes requisitos:

PERFIL

- Experiência nas áreas de Planeamento e Controlo da Produção
- Facilidade de redacção e conhecimentos profundos da gramática portuguesa
- Fluência em inglês e francês
- Disponibilidade para admissão imediata.

OFERECE

- Remuneração compatível com a experiência e capacidade demonstradas
- Regalias sociais em vigor na Empresa.

Resposta a este jornal ao n.º 899, indicando «curriculum vitae» e ordenado pretendido.

MUNICÍPIO DE MATOSINHOS CÂMARA MUNICIPAL

I BIENAL DE TAPEÇARIA

Em cumprimento do objectivo definido no Plano de Actividades e Orçamento/88 aprovado pela Assembleia Municipal e de acordo com o deliberado pela Câmara Municipal, vai realizar-se a I BIENAL DE TAPEÇARIA nos termos das seguintes:

NORMAS

- 1 — Poderão concorrer todos os artistas de nacionalidade portuguesa e estrangeiros residentes no País, pelo menos há dois anos.
- 2 — As obras apresentadas a concurso devem ter sido executadas no biénio 87/88 e não deverão ultrapassar os 3,5 m de altura.
- 3 — Os trabalhos deverão ser entregues na Sociedade Nacional de Belas Artes ou nos Paços do Concelho de Matosinhos (Departamento de Desenvolvimento) até ao dia 88/09/20.
- 4 — As obras estarão seguras desde o acto de entrega até à sua devolução por um seguro no valor de 750 000\$00.
- 5 — As obras serão sujeitas à apreciação de um júri de que reunirá também para efeitos de premiação.
- 6 — Os artistas deverão proceder ao envio dos seguintes elementos:
 - Dados biográficos e uma fotografia tipo passe;
 - Curriculum artístico;
 - Fotos a cores dos trabalhos apresentados e indicação do título, dimensões, materiais, técnica e data da sua realização;
 - Instruções consideradas pertinentes para efeitos de montagem.

Estes elementos deverão ser enviados para a Câmara Municipal de Matosinhos (Departamento de Desenvolvimento) até ao dia 88/09/01.

Matosinhos, 31 de Maio de 1988

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Narciso Miranda



GALERIA TRIÂNGULO 48

AV. D. VASCO DA GAMA, Nº 48 A - 1400 LISBOA

TEL. 6176 72

Horário de funcionamento: de terça a sábado das 14 às 20 h.

Exposição de Pintura de

ESPIGA PINTO

26 MAIO
A 25 JUNHO

VENDA PERMANENTE DE OBRAS
da colecção da Galeria

(Pintura, Aguarela, Desenho, Gravura)

corre, bem ou mal, / Sem edição original. / E a brisa, essa, / De tão naturalmente matinal, / Como tem tempo não tem pressa.

(extracto)

A propósito deste poema — que, sendo assinado por Fernando Pessoa — ele mesmo, bem poderia, tal como outros do mesmo período, ter a assinatura de Álvaro de Campos (31) — vale a pena reproduzir a história, contada por Pedro da Silveira, de como o autor de «Casa Branca, Nau Preta» não o pôde publicar em vida na mesma *Seara Nova* que o fez inserir apenas dois anos depois, no número de 11 de Setembro de 1937: «Pelo menos desde 1932, um dos jovens amigos de café de F. Pessoa era Manuel Mendes. Foi a ele que o poeta entregou o poema 'Liberdade', acabado de passar à máquina, para que, se assim o entendesse, e na *Seara* o quisessem, lá saísse. Quiseram; mas o lápis do censor, ante a última estância ('O mais do que isto / É Jesus Cristo, / Que não sabia nada de finanças / Nem consta que tivesse biblioteca...'), embirrou com o terceiro verso dela: 'não sabia nada de finanças.' Entenderia o tropa que manejava o lápis que era uma alusão a... Salazar. Só dois anos corridos outro censor deixou passar.» (32)

No que se refere ao outro poema, «Elegia na Sombra», poema longo com data de 2/6/1935, podemos dizer que a sua principal característica é o dar-nos da realidade portuguesa de então uma imagem extraordinariamente recessiva em relação a todos os aspectos do nosso ser colectivo. Não sendo, como o era «Liberdade», um texto de ataque directo à ditadura de Salazar e da *União Nacional*, tem ele no entanto — pelo negrume da visualização, pelo lúgubre dos contornos focados — o sentido de revelar uma profunda e radical descrença em relação a essa realidade e, sibilamente, em relação a quem a dominava:

Quem nos roubou a alma? Que bruxedo / De que magia incógnita e suprema / Nos enche as almas de dolência e medo / Nesta hora inútil, apagada e extrema?

tal como em relação ao próprio povo que, em estado de aturdimento, tudo suportava:

Povo sem nexa, raça sem suporte, / Que, agitada, indecisa, nem repare / Em que é raça, e que aguarda a própria morte / Como a um comboio expresso que aqui pare.

Uma descrença e um desencanto que, manifestamente, moravam nos antípodas duma propaganda oficial com carregadas doses de alegria presente e de confiança no futuro.

No que respeita à prosa, trata-se de um importante manuscrito deixado entre os seus muitos papéis, onde o poeta diz o seguinte, desta vez sobre a instituição censória: «Não é que não publique porque não quero: não publico porque não posso. (...) Ora sucede que a maioria das coisas que eu pudesse escrever não poderia ser passada pela Censura. Posso não poder coibir o impulso de escrevê-las: domino facilmente, porque não o tenho, o impulso de as publicar, nem vou importunar os Censores com matéria cuja publicação eles teriam forçosamente que proibir» (33). Trata-se, como se vê, de um texto que talvez nos forneça uma das principais chaves explicativas da não publicação, por Fernando Pessoa, de tantos documentos que aparentemente se destinavam a ver a luz do dia.

*
* *

Aqui chegados, talvez não seja preciso chamar a terreira outros acontecimentos ou inventariar mais pormenores dos acontecimentos referidos. Nem aqui haveria mais espaço; nem mais tempo. Os factos que estiveram «no uso da palavra» dão bem a ideia, julgamo-lo, do contencioso aceso e insanável entre Pessoa e o Estado Novo, entre Pessoa e uma situação política que já não deixava qualquer hipótese de tolerância, de abertura, de liberdade. Natural é, pois, que no poeta se fossem multiplicando os remos e as queixas, estas por vezes associadas — e essa associação não pode deixar de ter o seu exacto sentido, que é grande — à confissão do agravamento do seu estado de saúde. Apenas dois exemplos:

a) Num rascunho de carta destinado a agradecer a António Marques Matias o envio do livro *Poemas de Narciso* — acabado de imprimir, como reza em nota final do volume, «nos



«Coitadinho
Do tiraninho!
Não bebe vinho,
Nem sequer
sozinho...»

primeiros dias da Primavera de 35» —, elucida Fernando Pessoa: «Nunca se admire de eu tardar em escrever-lhe, nem com esse tardar se ofenda. À parte o andar eu sempre embrenhado em complicadíssimas crises mentais, acresce que certas circunstâncias externas, a que não consigo ser insensível, me abatem e me perturbam. Tenho estado velho por causa do Estado Novo» (34);

b) Num projecto de carta a Thomaz Ribeiro Colaço, aliás, já atrás referida, o autor de «Opário» constata: «(...) desde 4 de Fevereiro — data em que publiquei no *Diário de Lisboa* o artigo 'Associações Secretas' — não publiquei senão um breve poema na revista *Momento*, revista de rapazes, revista simpática, mas, parece-me, muito mais secreta que as 'associações' acima citadas. O facto é que, desde o ano passado, tenho estado sob o influxo de estados nervosos de diversas formas e feitios, que por um longo período me arrancaram da vontade até o desejo de não fazer nada. Tenho-me sentido uma espécie de filme psíquico de um manual de psiquiatria, secção psiconevroses.»

Para terminar, chamamos a atenção para o conteúdo destas duas cartas e para a data da última: 10 de Outubro de 1935.

«Estou seguindo
as directrizes
do professor
Salazar»

ção ao volume *Fernando Pessoa — Sobre Portugal (Introdução ao Problema Nacional)*, organizado também por Joel Serrão, com recolha de textos por Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, Lisboa, Ática, 1979, p. 11.

(3) João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Bertrand, 4.ª ed., 1980, p. 537.

(4) Ángel Crespo, *La Vida Plural de Fernando Pessoa*, Barcelona, Seix Barral, 1988, p. 302.

(5) Visto ser o único Pessoa que pôde ter a experiência directa, por vezes dramaticamente sentida, de um regime não apenas autoritário ou providencialista, mas constitutivamente opressivo e fascista.

(6) Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, 31/12/1934, p. 16.

(7) Cf. *Novidades*, Lisboa, 1/1/1935, p. 12.

(8) António Quadros, *Fernando Pessoa — Vida, Personalidade e Génio*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2.ª ed., 1984, p. 253.

(9) *Idem*, p. 253.

(10) *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por Jacinto Prado Coelho e Georg Rudolf Lind, Lisboa, Ática, 1966, p. 434.

(11) No título desse artigo, com a palavra *Mensagem* sublinhada, está implícita a referência ao livro que Fernando Pessoa dera a público poucos meses antes.

(12) Artigo «Chove no Templo...», *A Voz*, Lisboa, 6/2/1935, p. 1, José Cabral fará transcrever esse texto em carta que, no dia seguinte, publicou no *Diário de Lisboa*, pp. 1 e 4.

(13) «A Verdade sobre a Franco-Maçonaria», *A Voz*, Lisboa, 7/2/1935, p. 1.

(14) *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, Lisboa, Ática, 1978, pp. 418-419. Volume também com organização e introdução de Joel Serrão e recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão.

(15) O primeiro artigo intitulava-se «O Papão Maçónico: as Nossas Colónias», *Novidades*, Lisboa, 7/2/1935, pp. 1 e 4.

(16) *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, pp. 417-418.

(17) Carta a Thomaz Ribeiro Colaço, transcrita em *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, p. 82.

(18) Alfredo Margarido — que, por vezes controversamente, desde há anos se tem interessado pela questão das opções políticas de Fernando Pessoa — presta justiça, quanto ao caso das *associações secretas*, à «coragem serena do poeta, que nunca se deixou intimidar pelas reacções que podia eventualmente suscitar a sua intervenção escrita». Confira-se a sua introdução ao volume *Fernando Pessoa — Santo António, São João, São Pedro*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1986, p. 16.

(19) A. H. de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 54.

(20) *Fernando Pessoa — Da Re-*

pública (1910-1935), pp. 419-420.

(21) António Ferro, «Política do Espírito», *Diário de Notícias*, Lisboa, 21/11/1932, p. 1.

(22) Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, 22/2/1935, p. 1.

(23) A última frase foi sublinhada por nós, tal como já o havíamos feito em *Fernando Pessoa — Empregado de Escritório*, pp. 10-11 (nota 3).

(24) Reproduzido no volume *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, p. 365.

(25) Cf. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.º 100, Novembro-Dezembro de 1987, p. 126.

(26) Carta pela primeira vez integralmente reproduzida no catálogo da exposição «Fernando Pessoa: o último ano», levada a efeito pela Biblioteca Nacional em Dezembro de 1985 (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, p. 123).

(27) *Fernando Pessoa — Da República (1910-1935)*, p. 361.

(28) *Diário Popular*, Lisboa, 10/5/1974, p. 9.

(29) Através do Catálogo já referido na nota 26. Cf. pp. 135-139.

(30) Cf. *Fernando Pessoa — Empregado de Escritório*, pp. 10-11 (nota 3).

(31) Diga-se que esta manifesta e crescente ausência de distanciamento entre Pessoa e o seu heterónimo «engenheiro naval (por Glasgow)» vem confirmar, se necessária fosse essa confirmação, a justeza da constatação de David Mourão-Ferreira quando, num artigo muito recente sublinha que «a necessidade que a princípio Álvaro de Campos manifesta no sentido de se diferenciar de Pessoa» irá sofrer uma efectiva atenuação «nos poemas escritos por aquele heterónimo durante os últimos dez ou doze anos da existência de Fernando Pessoa». Cf. artigo «Algumas mulheres na poesia de Álvaro de Campos», a revista *A Cidade*, Portalegre, n.º 1 (nova série), Janeiro-Junho de 1988, p. 31.

(32) Pedro da Silveira, em *Nota Adicional*, não assinada, a «Quatro Poemas Anti-Salazaristas de Fernando Pessoa», *Seara Nova*, Lisboa, Julho de 1974, p. 20. Pedro da Silveira viu nessa altura, nos arquivos da revista, a prova de granel do poema «Liberdade» cortado pela Censura.

(33) *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, p. 83.

(34) Texto transcrito pela primeira vez no Catálogo da exposição «Fernando Pessoa: o último ano», organizada pela Biblioteca Nacional, como foi acima referido, pp. 124-125.

(35) *Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, p. 81.

(36) Do poema de Ricardo Reis «Quanta tristeza e amargura afo-ga...»

livros

LIVROS

DA
IMPRESA
NACIONAL

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA



Estudos
de Literatura Portuguesa
de Cleonice Berardinelli
Esc. 1800500



Simbolismo,
Modernismo e Vanguardas
de Fernando Guimarães
Esc. 420500

De tão desconhecido que era, ainda no ano da sua morte foi preciso o jornal do — esse sim, famoso — Repórter X gastar uma página para provar que, «felizmente para as letras portuguesas»

Fernando Pessoa existe

Ilídio Rocha

Nove meses antes de morrer, Fernando Pessoa era não só ignorado do grande público português — o que seria natural — como até entre os mais esclarecidos apenas uma meia dúzia o conhecia e, obviamente, admirava.

Em 1935, ano da sua morte, o poeta era tão desconhecido nos meios lisboetas — e tinha acabado de ganhar o prémio da poesia do Secretariado de Propaganda Nacional (da categoria B embora) — que ao aparecer, no *Diário de Lisboa* de 4 de Fevereiro, um artigo polémico assinado com o seu nome, a reacção geral foi a de tentar saber quem seria aquele corajoso que não conheciam, nem de nome, indo muitos ao ponto de admitirem tratar-se de pseudónimo. E a curiosidade por um lado, e a confusão por outro, eram tais, que o seu admirador e amigo Reinaldo Ferreira (Repórter X) se sentiu na obrigação de dedicar uma página do jornal que então dirigia a explicar ao seu público que não só Fernando Pessoa existia como até era festejado nas colunas do londrino *Times*.

O escândalo de um Sr. Fernando Pessoa

Em 19 de Janeiro de 1935, José Pereira dos Santos Cabral, advogado de Fornos de Algo-

dres, director-geral dos Serviços Prisionais, administrador das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, director da Companhia das Águas de Lisboa, monárquico e combatente em 1919 contra a República, futuro membro da Legião Portuguesa e deputado da União Nacional desde o ano anterior, apresentou à Assembleia Nacional um projecto de lei que proibia a qualquer cidadão português pertencer a associações secretas. O decreto, como é bom de ver, não visava a Companhia de Jesus ou o Conselho de Ministros, a seu modo também associações secretas como publicamente denunciou Pessoa, mas apenas a Maçonaria. E, como é sabido, até tinham sido iniciados naquela Ordem o então Presidente da Assembleia Nacional, professor José Alberto dos Reis, e o então presidente da República, general António Fragoço Carmona.

Perante aquela proposta e a inevitabilidade da sua aprovação, Fernando Pessoa resolveu escrever um artigo contra o projecto de lei do sr. José Cabral (que), além do produto da mais completa ignorância do assunto, seria, se fosse aprovado: primeiro, inútil e improficuo (se o sr. José Cabral cuida que ele, ou a Assembleia Nacional, ou o Governo, ou quem quer que seja, pode extinguir o Grande Oriente Lusitano, ficando desde já desenganado); se-



Fernando Pessoa visto pelo caricaturista do X em 1935

gundo, injusto e cruel (resultaria dele — alegre-se o dominicano! — um grande número de perseguições a oficiais do exército e da armada e a funcionários públicos); terceiro, um malefício para o País na sua vida internacional. (1) Um artigo a um tempo corajoso, inteligente, cáustico e deliciosamente irónico, que terminava assim:

«Acabei de vez. Deixe o sr. José Cabral a Maçonaria aos maçons e aos que, embora o não sejam, viram, ainda que noutra Templo, a mesma Luz. Deixe a antimaçonaria àqueles antimaçons que são os legítimos descendentes intelectuais do célebre pregador que descobriu que Herodes e Pilatos eram Vigilantes de uma Loja de Jerusalém.

Deixe isso tudo, e no próximo dia 13, se quiser, vamos juntos a Fátima. E calha bem porque será 13 de Fevereiro — o aniversário daquela lei de João Franco que estabelecia a pena de morte para os crimes políticos.»

Ora um tal texto, no nono ano da ditadura, a cinco anos já da criação da União Nacional e a dois da Constituição do Estado Corporativo, era naturalmente um escândalo. E ainda por cima um escândalo apimentado pelo tema sempre fascinante das coisas a que se chamam «secretas». Daí que o nome que o subscrevia passasse, de repente, para a boca de Lisboa e do País que, não sabendo quem ele era, interrogava, especulava, inventava.

Dirigia a esse tempo o famoso Repórter X, pseudónimo do jornalista Reinaldo Ferreira, mais um dos seus sensacionalistas semanários, o X — sucessor de *O Repórter X* e de *O Jornal do Repórter X* — e, amigo do poeta, resolveu publicar ali um artigo de quase uma página, a 14 de Fevereiro, dez dias, portanto, depois do aparecimento do famoso texto no *Diário de Lisboa*, esclarecendo a confusão que ia entre o público, e até do público mais avisado, sobre quem era aquele defensor da Maçonaria. Nota curiosa: o texto do X nem uma só vez refere o tema do artigo que gerara uma tal curiosidade (2).

Depois de registar que o nome de Fernando Pessoa surgira, «bruscamente, ao som de uma imprevisível pancada de

gongo, como um Mefistófeles de Ópera — encharcado pelas luzes de mil holofotes, multiplicado pelos tablados de todas as conversas» e «de uma noite para o dia», o texto de o X diz ser de interesse constatar o seguinte facto: «Fernando Pessoa que, há dez dias a esta parte é dos indivíduos mais discutidos — não só nos cafés, nas esquinas, nas tertúlias da capital — como em todo o País — é também dos nomes mais ignorados, das personalidades menos conhecidas... À parte uma minúscula minoria intelectual que não só não o ignora, como o admira e o intronisa mui alto (...)



Augusto Ferreira Gomes, o íntimo amigo de Fernando Pessoa, segundo o caricaturista do jornal X de Reinaldo Ferreira

Fernando Pessoa é uma incógnita. E é precisamente pelo comprimento do seu salto sobre o vácuo dessa ignorância quase geral e até à popularidade vertiginosa — que mais se agrava a curiosidade da maioria, encanizando-se, intrigada, a perguntar: 'Mas donde saiu este Fernando Pessoa!' — ou antes, dando toda a rédea à fantasia — e arriscando as hipóteses mais inverosímeis: 'A mim já me bicharam que é pseudónimo!' — 'O quê? vocês ainda vão aí? Eu sei de fonte limpa que o artigo em questão é de Fulano — que não quis pôr o seu verdadeiro nome e que magiou aquela!'

Ora Fernando Pessoa existe

«Ora Fernando Pessoa existe, felizmente para as letras portuguesas...», sentia o Repórter necessidade de reafirmar e, provando que o conhecia bem, adiantava:

«Antes de mais nada — é preciso que se saiba que a especial e sempre admiravelmente estranha actividade mental de Fernando Pessoa dura há vinte e tal anos. Já na aurora desta geração (...) Fernando ocupou

um posto marcante de chefe, de orientador fleumático, oculto, desprezando glórias e troféus — de olhos fixos apenas no triunfo dos ideais e sonhos estéticos em jogo. Foi ele um dos generais do célebre Orfeu...»

«Não exhibe as suas produções; raramente as publica. São para ele só — e para alguns amigos. A sua missão na vida, missão mental, espiritual — parece ocultá-la como um segredo — e cumpri-la ferverosamente como um designio de Deus. Do mistério da sua intimidade apenas se transparenta o seu ar místico, a sua sede de estudo, a orientação complexa das suas leituras, duma biblioteca, da sua cultura.»

De que vive e como vive o poeta

Como não vive da sua obra, nem é rico, trabalha «como qualquer empregado bancário — das tantas às tantas... Conhece o inglês, escreve-o como qualquer redactor do *Times*. É essa a sua profissão: tradutor. O seu contacto com a vida, fora das horas da faina profissional — é regateado: uma hora, todas as tardes, no 'Martinho da Arcada', no Terreiro do Paço, cercado por uma dúzia de jornalistas, poetas, escritores, artistas... Discute-se arte e poesia e livros e acontecimentos (...)

«Dizem que vive sozinho, num bairro distante do centro, numa rua em que o sol catadupa, generoso. Não tem visitas. Terminada a tertúlia — some-se, tranca-se, cercado de livros, livros sempre renovados pelas remessas contínuas que lhe chegam de França, da Alemanha — mas sobretudo de Inglaterra. Poucos ingleses, mesmo profissionais de letras — estarão tão em dia com o momento literário do seu país como Fernando Pessoa...»

Os policiais e os poemas ingleses...

Como se sabe, uma das grandes paixões de Reinaldo Ferreira eram as novelas policiais, os contos de polícias e ladrões e assassinos, de que escreveu dezenas em Espanha e em Portugal. E, se não fora o estilo nervoso de travessões da sua prosa, bastaria este destaque num artigo em que pôs tanto empenho para o denunciar:

«Um dia — continua o X, a propósito de Pessoa — afinetado pelas lendas que aureolavam as suas leituras, tentei, velhacamente radiografá-lo; mas, com surpresa minha, citou-me a elite dos romancistas policiais britânicos, confessando que passava horas, deliciosas, na solidão, emocionando-se naqueles duelos empolgantes entre detectives e bandidos em redor de um mistério denso e desconcertante. Quando me

canso dos outros — declarou — corro aos policiais.»

«Certa vez um dos seus íntimos (3), a quem mostrava a minha estranheza ante a abstinência de publicidade que Fernando Pessoa praticava com as suas obras — mostrou-me vários volumes de versos, editados em Londres, compostos directamente em inglês pelo autor. A seguir deu-me a ler meia coluna do crítico literário do *Times* que se mostrava atontado ante o surgimento dum poeta português de tal quilate, redigindo assim num idioma estrangeiro e comparando-o aos clássicos mais gloriosos.» (4)

E assim o semanário de Reinaldo Ferreira, do famoso Repórter X, esclarecia o mistério daquele Sr. Fernando Pessoa que «é magro, tem os lábios sempre comprimidos, como os de uma criança — e como as crianças esbugalha os olhos, atrás dos óculos, numa expressão de passo infantil quando escuta algo que o surpreende ou quando fixa a sua atenção numa conversa...» Aquele senhor que em Fevereiro de 1935, vinte anos depois da publicação do *Orpheu*, no próprio mês em que receberia o prémio do S. P. N. pela *Mensagem* e a nove meses da sua morte, era tão desconhecido que foi necessário vir dizer num jornal que um artigo por si publicado dez dias antes era assinado com o nome verdadeiro de alguém que existia «felizmente para as letras portuguesas». E que aquele artigo tão discutido não fora escrito, como muitos julgavam, por um sujeito que, para denunciar a má-fé e a ignorância de um deputado do Estado Novo e defender a Maçonaria, se escondeu sob o anonimato de um pseudónimo.

(1) Este artigo pode ser lido, com as variantes que teve noutras edições, em: Marques, A. H. de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 213-223.

(2) O artigo do X, publicado no seu n.º 13, de 14 de Fevereiro de 1935, não está assinado. É, no entanto, facilmente atribuível ao seu director e principal redactor, o Repórter X.

(3) Trata-se muito provavelmente de Augusto Ferreira Gomes, íntimo e companheiro de leituras de Pessoa; Pessoa que lhe prefaciou o livro *Quinto Império* a que Reinaldo Ferreira tinha dado, dois meses antes, o destaque de uma página no seu jornal.

(4) Em 19 de Setembro de 1918, o suplemento literário do *Times* publicou uma nota aos poemas ingleses de Pessoa aparecidos esse ano: *Antinous* e *35 Sonets*. Na mesma data, o *Glasgow Herald* referiu-se-lhes também pela pena do seu crítico literário. Os restantes volumes que Reinaldo Ferreira viu nas mãos do amigo comum foram, certamente, *English Poems (I-II)* e *English Poems (III)*, publicados em 1921. Só que nenhum dos quatro volumezinhos fora editado em Londres, mas sim em Lisboa.

CURSOS INTENSIVOS
JULHO · AGOSTO · SETEMBRO

ceti
CENTRO DE ESTUDOS
TÉCNICO INTERNACIONAIS

ALEMÃO
INGLÊS
ITALIANO

EM COLABORAÇÃO COM
O INSTITUTO ALEMÃO

TELEFS. 520345-536786
AV. DUQUE DE LOULÉ 71 2.º
1000 LISBOA

PORTUGUES PARA ESTRANGEIROS
INSCREVA-SE
JÁ

Filmarte

RUA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA, 122
Telefs. 57 87 86-57 88 39 1000 LISBOA

CAMPANHA Amplicópias cores 10 x 15 cada 40\$00
Revelação 140\$00

LOJAS: Rua das Pretas, 45 (Antunes & Valadas, Lda.)
Rua Augusta, 249-251 (Filmarte)

O caso do artigo saído no «Diário de Lisboa» remete-nos para as ligações do poeta com a Maçonaria. Declara-nos o historiador



A. H. de Oliveira Marques: "Desconhece-se a extensão dos conhecimentos maçónicos de Pessoa"

«Jornal de Letras» — Há reacções ao artigo de Fernando Pessoa dentro da Maçonaria? Houve reuniões motivadas pelo artigo; contactos com o sr. Pessoa?

A. H. Oliveira Marques — Desconhecem-se hoje as reacções, dentro da Maçonaria, ao artigo de F. P. Lembre-se que a Maçonaria foi oficialmente proibida em 21 de Maio de 1935, mês e meio depois de publicado o artigo, subsistindo, para os últimos meses da sua existência oficial, muito poucos documentos escritos e quase todos de natureza legislativa.

P. — (...) posso hoje dizer, sem vaidade, que pouca gente haverá, fora da maçonaria, aqui ou em qualquer parte, que tanto tenha conseguido entranhar-se na alma daquela vida» (F. P.) Os conhecimentos do poeta sobre a Maçonaria era o espelho da sua confiança? Estava de facto entranhado?

R. — Desconhece-se hoje a extensão dos conhecimentos de F. P. sobre Maçonaria. É infelizmente típico de quase todos os estudiosos da Maçonaria, que a ela não pertencem, gabarem-se da extensão dos seus conhecimentos a esse respeito. Regra geral, sabem, de facto, muita coisa, mas estão longe de ter a ciência de que se julgam possuidores. Não obstante isto, é muito provável que F. P. conhecesse com grande profundidade a temática maçónica, quer em consequência de leituras aturadas, quer em resultado da sua vivência numa sociedade iniciática com algumas semelhanças maçónicas.

P. — Petrus afiança que a edição do opúsculo «A Maçonaria vista por Fernando Pessoa» partiu de uma iniciativa da organização. Contudo, acusa a respectiva edição de empobrecer o texto original, amputando-o e apondo-lhe sínteses de fraco efeito retórico. É



Oliveira Marques: «Um assunto em aberto»

verdade que a edição é da Maçonaria? Se assim foi porquê empobrecer a causa empobrecendo a defesa?

R. — O opúsculo A Maçonaria, ou Um Projecto de Lei, s.l., s.d., 8 pp., de capa azul, foi, segundo tradição existente no Grande Oriente Lusitano, editado por esta organização maçónica, em 1935, não se sabe se antes se depois de ter sido promulgada a Lei n.º 1901, de 21 de Maio, que pôs fim à sua existência legal. Lembro-me, pouco depois do 25 de Abril, quando a Maçonaria portuguesa voltou à plena luz, de haver no Grande Oriente numerosos exemplares desse opúsculo, que se foram, a pouco e pouco, distribuindo pelos interessados.

Quanto ao pseudo empobrecimento do texto do opúsculo relativamente à versão publicada no Diário de Lisboa, é muito relativo e discutível... Se houve

frases omitidas ou modificadas, também houve outras, importantes, que surgiram pela primeira vez no opúsculo.

P. — Proponho-lhe um desafio: a Maçonaria aceitaria a admissão de um heterónimo como membro? Constituir-se uma oficina, um Triângulo só com o Sindicato Pessoa? Que legislativa ante este caso de desdobraimento.

R. — Isso dos heterónimos, com que Pessoa se divertiu, por um lado, e se afirmou poeticamente, pelo outro, serve agora para muita gente se divertir também, dividindo e mutilando uma personalidade una e indivisível...

P. — No referido artigo Pessoa aventa que «Devemos à Maçonaria a maior obra da literatura moderna — o Fausto do maçom Goethe» (F. P.) A temática de Fausto corrobora os princípios Maçónicos. Que outras obras?

R. — Utilizando o mesmo raciocínio, também à Maçonaria devemos o Amor de Perdição, de maçom Camilo, as Viagens na Minha Terra, do maçom Garrett, a História de Portugal, do maçom Alexandre Herculano, o Dicionário Bibliográfico, do maçom Inocêncio, etc., etc. ...

P. — É de Mário Saa a afirmação de que as associações secretas como a franco-maçonaria são fruto de raças femininas. Depois dá a entender que a disseminação de Pessoa para fora de si, num derrame de máscaras, era sintoma de um espírito feminino. Ora o que é engraçado é que não há rasto de pseudónimos ou de heteronimias femininas. Quer comentar?

R. — A Maçonaria não é

uma associação secreta, o que permite, desde logo, uma primeira contestação. Pode, em segundo lugar, perguntar-se o que são «raças femininas», coisa a que será difícil responder. Quanto aos aspectos «femininos» de F. Pessoa, lembro que se discute muito a sua possível homossexualidade, o que ajudaria a dar uma solução ao problema.

P. — Para um pacato cidadão como teimam em classificar F. P. o gesto de em pleno regime fascista dizer ao sr. José Cabral que ele não era mais do que um ornamento numa Assembleia fantasma é assombroso. Mas como é que a Censura deixou passar o artigo?

R. — Isso é o que não se sabe hoje ou, pelo menos, o que não foi ainda suficientemente



Capa do opúsculo de Pessoa

estudado. Valeria a pena investigar a organização da censura em 1935, os nomes dos censores lisboetas ligados à imprensa diária, as ligações do Diário de Lisboa com os meios de censura e as influências que porventura aí tinha, os contactos entre Maçonaria e Diário de Lisboa, e entre Maçonaria e censores, as intrigas e as más vontades, no seio da Situação, contra José Cabral, etc., etc.

P. — Qual o motivo que pensa estar na origem da decisão de Fernando Pessoa em escrever o respectivo artigo?

R. — Independentemente das convicções pró-maçónicas de F. Pessoa e do seu eventual desejo de se pôr ao lado do mais fraco na luta contra o Poder, julgo muito provável que o artigo tivesse sido «encomendado» por algum ou alguns maçons amigos de F. P. ou a quem este devesse respeito ou favores. Valeria a pena estudar o círculo de amigos do poeta nos começos de 1935 e tentar verificar a sua filiação maçónica. É um assunto em aberto.

António Cabrita



A sede da Maçonaria em 1935, na Rua do Grémio Lusitano, depois transformado em quartel da Legião Portuguesa

livros DA IMPRENSA NACIONAL



Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões
Prefácio da 1.ª edição (1957)
Posfácio e Notas de João Gaspar Simões
Esc. 360500



Fernando Pessoa,
Esboço de Uma Bibliografia
de José Blanco
Esc. 1080500

IMPRENSA NACIONAL

IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA



Da peça a ser encenada por Ricardo Pais, no Teatro Nacional D. Maria II, em Novembro próximo, o JL conseguiu obter cinco fragmentos inéditos do acervo de quatrocentas páginas que constitui toda a faustiana de Pessoa, e de cujo tratamento dramático está encarregado António S. Ribeiro. São

Cinco fragmentos do "Fausto"

INÉDITOS PESSOA

*

Um corpo humano!
Às vezes, eu olhando o próprio corpo
Estremecia de terror ao vê-lo
Assim na realidade, tão carnal.
Encarnação do mistério, tão próxima
Misteriosidade e transcendente
Aprontar-se-(me) em mim do negro e fundo
Mistério do universo.

Há entre mim e o real um véu
À própria concepção impenetrável.
Não me concebo amando, combatendo
Vivendo como os outros. Há em mim, íntima,
Uma impossibilidade de existir
De que abortei, vivendo.

Essas dores da carne e do costume
Que humilham e esporeiam, lhes ocupem
O que da vida fica após dançarem!

Mas nem o ódio me embriaga! Eu fico
Torturado na cruz do ódio meu,
Inutilmente, como um Cristo
Em terra de gentis

Ô febre em que estremece, frio,
O meu ser.

*

Sua alegria cospe-me na cara
Pois desde que nasci me excluí da vida.

Sonhos dentro de sonhos,
Involuções de sonhar,
Os pensamentos são medonhos
Quando se querem aprofundar
E os corações ficam tristonhos, tristonhos,
Quando se sentem sentir pensar.

Ilusões dentro de ilusões
A atormentando o descrer;
Descrenças e crenças são ambos visões
São ambas sonhar, são ambas crer.

Reza por mim!
Reza por mim! A mais não me entorneço.
Só por mim mesmo sei enternecer-me
Sob a ilusão de amar e de sentir
Em que forçadamente me detive.
Reza por mim, por mim! Eis a que chega
A minha tentativa a querer amar.

NUNO DE SIQUEIRA

inaugura pinturas recentes
de 7 a 30 de Junho

na



GALERIA S. MAMEDE

Rua da Escola Politécnica, 167
1200 LISBOA

Telefs.: 67 32 55 e 66 86 91

XXIII
19 de Junho
a 17 de Julho
1988

Festival de
Sintra

«O Piano e o Romantismo»

Domingo 19 de Junho às 21.30 h.
Palácio Nacional de Queluz

Garrick Ohlsson

Schubert: Três peças para piano, op. post.
Weber: Sonata n.º 1 em dó maior, op. 24
Chopin: Introdução e rondó, op. 16 □ Quatro mazurcas, op. 24 □ Valsa em fá maior, op. 34 n.º 3 □ Valsa em fá menor, op. 70 n.º 2 □ Scherzo em dó sustenido menor, op. 39

3.ª feira 21 de Junho às 21.30 h.
Palácio Nacional de Queluz

Duo Dezso Ranki / Edit Klukon

Brahms: Abertura trágica
Schubert: Andantino e variações sobre temas franceses □ Fantasia em fá menor, op. 103
Mendelssohn: Sete canções sem palavras (transcrição do compositor)
Liszt: Mazsepá (transcrição do compositor)

5.ª feira 23 de Junho às 21.30 h.
Palácio Nacional de Queluz

Michael Levinas

Beethoven: Sonata em mi bemol maior, op. 7 □ Bagatela, op. 119
Schumann: Kreisleriana, op. 16
Weber: Sonata em fá bemol maior, op. 39

Domingo 26 de Junho às 18.30 h.
Palácio Nacional da Pena

Elena Baschkirowa

Liszt: Três sonetos de Petrarca □ Balada n.º 2 em si menor □ Lenda de S. Francisco de Assis
Schumann: Sonata n.º 1 em fá sustenido menor, op. 11

5.ª feira 30 de Junho às 21.30 h.
Palácio Nacional de Sintra

Artur Pizarro

Primeiro Prémio (Prémio Gulbenkian) no Concurso Internacional de Piano Viana da Mota 1987
Schumann: Estudos sinfónicos, op. 13
Chopin: Doze estudos, op. 25

Sábado 2 de Julho às 18.30 h.
3.ª feira 5 de Julho às 21.30 h.
Palácio Nacional de Queluz

György Cziffra

Chopin: Dois nocturnos □ Balada n.º 3, op. 47 □ Improvisos (audição integral) □ Fantasia em fá menor, op. 49 □ Polonaise n.º 6 («Héroica»), op. 53
Mendelssohn: Variação séria n.º 2, op. 14
Dvorák: Improvisação sobre um tema
Liszt: Valsa Mefisto □ Valsa-Improviso

5.ª feira 7 de Julho às 18.30 h.
Palácio Nacional da Pena

Bernard d'Ascoli

Beethoven: Sonata em mi maior, op. 109
Schubert: Quatro improvisos, D. 899
Chopin: Nocturno em ré bemol maior, op. 27 n.º 2 □ Balada n.º 4 em fá menor, op. 52 □ Berceuse em ré bemol maior, op. 57 □ Andante spianato e grande polonaise brillante em mi bemol maior, op. 22

Domingo 10 de Julho às 21.30 h.
Palácio Nacional de Queluz

Sequeira Costa

Chopin: Quatro baladas
Schumann: Carnaval, op. 9

3.ª feira 12 de Julho às 18.30 h.
Palácio Nacional da Pena

Vladimir Ovchinnikov

Primeiro Prémio no Concurso Internacional de Piano de Leeds 1987

Liszt: Estudos de execução transcendente (n.ºs 1 a 8)
Rachmaninov: Estudos, op. 33

5.ª feira 14 de Julho às 21.30 h.
Palácio Nacional de Queluz

Byron Janis

Chopin: Seis nocturnos □ Quatro mazurcas □ Valse brillante em fá bemol maior, op. 34 n.º 1 □ Sonata em si menor, op. 58

Domingo 17 de Julho às 18.30 h.
Quinta da Piedade

Paul Daniels (maestro)
Maria João Pires
Orquestra Gulbenkian

Chopin: Concerto n.º 2 em fá menor para piano e orquestra, op. 21
Schumann: Concerto em fá menor para piano e orquestra, op. 54

Pianos STEINWAY AND SONS cedidos pela Escola Superior de Música de Lisboa e Valentim de Carvalho, C. I. S. A.

Informações: Turismo de Sintra, Telefone 923 39 19

Bilhetes: A partir de 7 de Junho: Turismo de Sintra □ Valentim de Carvalho, Rua Nova do Almada, Lisboa □ Nos locais: 1 hora antes do início dos espectáculos, excepto na Quinta da Piedade, onde não haverá bilhetes à venda □ Preços: Palácio Nacional de Queluz (lugares A) 1500\$00, (lugares B) 1000\$00 □ Palácio Nacional da Pena, 1500\$00 □ Palácio Nacional de Sintra, 1000\$00 □ Quinta da Piedade, 1500\$00 □ Assinatura, 12 000\$00 □ 50% de desconto a portadores do Cartão Jovem.

Organização: Câmara Municipal de Sintra

Apoios de: Secretaria de Estado da Cultura / Fundação Calouste Gulbenkian

Apoio publicitário: Rádio Comercial e Correio da Manhã Rádio

Programa sujeito a alterações.

Joaquim Seabra Pessoa, o pai de Fernando Pessoa. Que é sabido da sua vida, do seu amor paternal, dos seus escritos? Ao «Diário de Notícias», em particular, a sua vida ficou intimamente ligada, ao longo de cerca de 16 anos (1876-1892). Aí desempenhou, com zelo e assiduidade, as funções de cronista musical. Eis

O pai de Fernando Pessoa através de cartas inéditas

Manuel Cadafaz de Matos

Entre 13 de Junho de 1888, data do nascimento de seu filho Fernando, e 3 de Junho de 1892, altura em que publica a sua última crónica no «Diário de Notícias», a produção é verdadeiramente vasta. Num cômputo global poder-se-á dizer que a sua produção em todo esse período de quatro anos ultrapassa as 180 crónicas.

Esse é, por assim dizer, o seu período «sem história» — o próprio nascimento do Fernando não tem história: é a normalidade da vida daquele que se assume numa tripla vertente: chefe de família, funcionário público e amador de espectáculos de ópera e de concertos. A sua «história de vida» neste período — a encarregarmo-nos dela algum dia — terá de ser feita a partir dos elementos ideológico-estéticos transpostos para as crónicas do «Notícias».

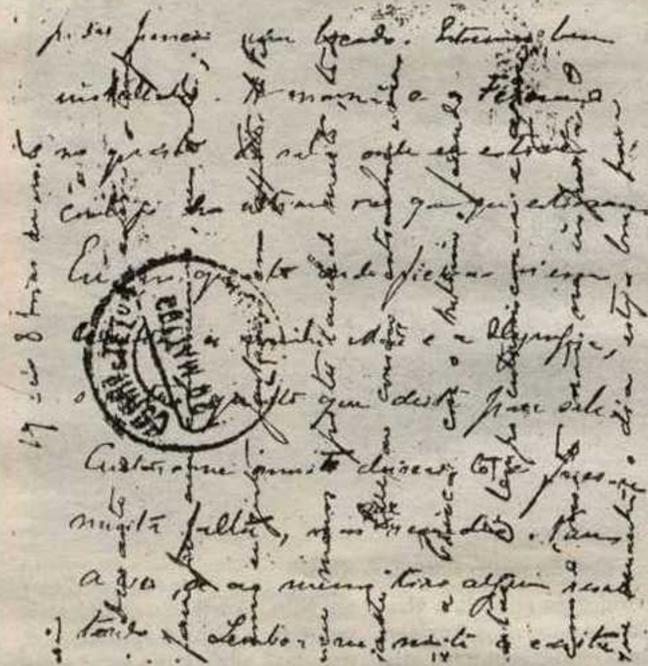
O fim deste período é, de facto, sombrio. A tuberculose que, seguramente desde há muito o minava, apoderou-se dele, dominou-o. Em resultado de uma situação incontrolável — a saúde já deveras precária — é-lhe recomendado ir para as águas de Caneças. Instala-se, então, no Hotel Progresso onde chega — segundo a documentação de que dispomos (e que foi colocada à nossa disposição por Henriques Dias, irmã do poeta) leva a admitir — em 19 de Maio de 1893, sexta-feira. Data desse mesmo dia (?), pelas 8 horas da noite, com efeito, o bilhete postal escrito à mulher em que diz: «Chegámos bem». Ora a utilização do plural tem, aqui, um significado de interesse para este estudo. É que não foi sozinho. Levou consigo, além de uma outra fami-

liar, a «Mamã», o Fernando, seu filho, o futuro Poeta, à altura com quatro anos de idade (quase a fazer os cinco).

Uma solidão profunda é interiorizada por este homem que, casado ainda não há muitos anos, como se viu, deixava pela primeira vez a mulher por um período que não se avizinhava ser apenas um fim-de-semana. A forma de vencer esta solidão era escrever-lhe bilhetes postais e cartas, a um nível quase diário. E, curiosamente, para poupar papel — e como era prática corrente na época — praticava uma «escrita cruzada», ou seja, depois de escrever até ao fundo da folha na horizontal, rodava o postal e passava a escrever num plano cruzado.

São pungentes, a nosso ver, algumas cartas deste homem que, lidas numa óptica psicanalítica, denotam a profunda solidão que sentia. Ele próprio tinha consciência de que a situação não seria brilhante em termos de saúde. As respostas que, na altura, a ciência médica tinha para casos como o seu não eram, ainda, deveras satisfatórias. Ia-se vivendo até ao fim, minorando na medida do possível (e com os remédios ou drogas existentes) o mal que se tinha. O seu médico, o dr. João de Korth, que como ele andava frequentemente pelo S. Carlos, ia-o acompanhando como podia.

A permanência de Joaquim Seabra Pessoa nesse antro isolado e calmo — longe do bulício da cidade, da plateia do S. Carlos e do D. Maria e das secretárias da redacção do «Notícias» — era uma mudança diferente de vida. Ia ao tratamento às águas. Passeava-se pela praça da terra (hoje praça dr. Manuel Arriaga). Lia o «Diário de Notícias» e o «Século» pedindo



Fragmento de uma das missivas do pai de Pessoa

à sua mulher que não se esquecesse de lhos mandar.

A primeira estada em Caneças prolongou-se, pelo menos — ao que verificamos por essa mesma epistolografia que apresentamos em apêndice documental —, até 3 de Junho seguinte, sábado. Regressado a casa, as suas melhoras, porém, não se fizeram sentir. Antes pelo contrário: a evolução natural da doença, com a terapêutica então utilizada, designadamente o arsénico e o quinino, empurravam-no, gradualmente, para um fim irremediável.

E dado o avanço da doença, a 15 de Junho, o seu médico, dr. João de Korth, levou-o para sua própria casa, em Telheiras, a fim de mais de perto se poder dele ocupar. A morte, porém, apodera-se dele em 23 de Julho desse mesmo ano. E, como procuramos provar (através da biografia «Joaquim Seabra ou o

Engenho Sensível», que se encontra no prelo, devendo vir a público sob os auspícios da Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, ainda este ano), manteve-se até à véspera do desenlace em casa de seu amigo dr. João de Korth, na referida casa de Telheiras. Quando a morte de Joaquim Seabra Pessoa adveio, no Largo de S. Carlos, cá fora na rua, ou na casa de algum familiar, o pequeno Fernando, com cinco anos apenas, jogaria o pião, escutaria de longe, talvez, o sino da sua aldeia, centrada na Igreja dos Mártires. Um mártir tinha partido. E com a sua morte a Poesia renascia.

Três cartas inéditas de Joaquim Seabra Pessoa

[19-5-1893(?)]

19=às 8 horas da noite

Minha querida Maria
Chegamos bem. Durante o tra-

jecto esteve o tempo * muito bom não fazia frio nem calor excessivo nem vento * estava temperado, como eu gosto. Jantamos com apetite. O Fernando é que comeu menos por ter lanchado muito, todo * o pão que arranjaste. Elle ao começo estranhou mas * agora já está a brincar com o António, fazendo * soldados de cartas. O tempo entrouviscou-se e agora * chove, mas como é noite não me importa. O * que desejo é que amanhã o dia esteja bom para * poder passear um bocadinho. Estamos bem * installados. A mamã e o Fernando * no quarto da sala onde eu estive * contigo ha ultima vez que aqui estivemos * Eu no quarto onde ficaram n'essa * ocasião a minha Mãe e a Olympia * o outro quarto que deita para a sala. * Custou-me muito deixar-te e fazes-me * muita falta mas que remedio. Vamos * a ver, se ao menos tiro algum resul- * tado. Lembrome muito a carita * do Jorge, tão alegre e sympathico. * Coitadinho. *

Como estará a minha Mãe? Fico * com muito cuidado n'ella. * Saudades muitas à Lisbella * e saudades da Mamã para ti *

Adeus teu
Joaquim.

Caneças, 20 de Maio de 1893

Minha querida Maria

Escrevi-te hontem à noite. Até as 11 horas estive jogando o voltarete com * a D. Quitéria e D. Joana. Fui depois para o meu quarto e, como aqui a digestão * se faz mais depressa tomei antes de me deitar um copo grande de leite, mas * do leite de cá que troquei pelo que trazia, que é esplendido. É um leite de * vaca saborosissimo, como poucas vezes tenho tomado. Deitei-me e dormi bem * até às 4 horas, em que acordei com frio. Deitei mais roupa e consegui * aquecer, mas o frio fez-me constipar mais e de manhã tive mais tosse. * Das 4 horas em diante pouco ou nada dormi e antes das 7 levantei-me, mesmo * mal disposto. Tomei outro copo do tal bello leite e tratei de me arranjar. * Antes de almoçar tive algum frio e depois o (...), hoje com mais 2 graus * de febre, 38,1. Por isso, apesar do Korth dizer que não to-

masse remedio, preparei depois de (...) a quina e arsenico, porque ha 3 dias * que a febre vem augmentando, talvez por estar um pouco constipado ** O dia não está mau, mas um pouco frio * e por isso não quis sair à cautella, nem * a Mamã que tambem está bastante constipada. * O Fernando felizmente está bom, e dormiu muito * bem e almoçou com muita vontade. Tem * brincado muito com o Antonio. *

Recebi o teu bilhete pelo meio dia. Estimo * que a minha Mãe estivesse mais socegada. * Deus queira que não haja maior trabalho. * Sinto muito a tua falta e tenho saudades da carita do Jorge * Dá um abraço na Lisbella e recomenda- * me a todos. *

Adeus, são 2 ¼ da tarde. Quis * aproveitar um bocadinho em que vim * aqui ao quarto para te escrever e * não o faço depois de jantar que me * custa mais. * teu dedicado (?) * Joaquim

Minha querida Maria

Passei esta noite um pouco mais socegado até às 5 horas, mas depois começou a tal dor de cabeça com arrepios de frio de maneira que quando me levantei não podia comigo. Tenho tido febre e não sei o que isto será. Estou à espera que o Korth se levante, para ele me ver, e quero combinar para ficar hoje aqui no quarto, trazendo-me cá o almoço e jantar.

Tencionava ir amanhã a Lisboa e ficar lá para depois, e ou melhor ou pior irei provavelmente porque estando mais doente quero ir para casa. A minha vontade era ir já hoje.

/ verso /
Não sei o que isto será, sei que estou muito incomodado e que sinto muita febre.

Adeus, custa-me a escrever.
teu dedicado

Joaquim

12/7/93 (1)

(1) Carta escrita por Joaquim Seabra Pessoa a sua Esposa, na véspera da morte, a talvez não muitas horas antes do desenlace. A sua vontade de ainda vir a Lisboa nesse dia acabou por se tornar realidade, mas apenas como uma forma de poder morrer na casa onde residira com sua mulher e filhos.



Afecto às Letras.
Homenagem
da Literatura Portuguesa
Contemporânea
a Jacinto do Prado Coelho
(Vários)
Esc. 2100\$00



Hospital das Letras
de David Mourão-Ferreira
Esc. 420\$00

LIVROS
DA
IMPRESA
NACIONAL

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA



Antinous, poema inglês do jovem Fernando Pessoa, é duplamente obsceno por ser erótico e por ser necrófilo. Nele, o poeta liberta-se de uma obsessão nefanda e chega a confessar que o escreve

Para acabar de vez com a obscenidade

Manuel João Gomes

A Bitúnia ficava (ainda fica?) no Noroeste da Turquia actual, nas costas do mar Negro. Foi conquistada pelos romanos no século I. O mais famoso bitínio de todos os tempos chamava-se Antínoo, filho de pastores escravos e, a partir dos quinze anos, amante do imperador Adriano (76-138 D. C.).

A paixão entre o grande imperador-poeta e o pequeno bitínio está na origem de toda uma vasta literatura que passa por Orígenes, Celso e outros escritores coevos, e culmina, na literatura contemporânea, em algumas das melhores páginas de Marguerite Yourcenar (*Memórias de Adriano*) e no poema *Antinous*, de Pessoa, em inglês (traduzido em 1974 por Jorge de Sena, que o fez acompanhar de um longo prefácio muito inspirado no texto de Yourcenar, prefácio que não pode deixar de inspirar este texto que o leitor teve a amabilidade de começar a ler).

Antínoo conheceu Adriano em 123. A partir daí e até 130, ele foi o favorito do imperador. Nessa data suicidou-se e transformou-se imediatamente, por iniciativa do augusto amante, em objecto de culto. Em sua memória foram edificadas templos, teatros, avenidas triunfais e até uma cidade. As estátuas de Antínoo foram espalhadas pelos quatro cantos do mundo greco-romano e algumas ainda hoje existem. Adriano dedicou à fabricação destas estátuas os últimos oito anos da sua vida, os que sobreviveu ao suicídio de Antínoo. Marguerite Yourcenar coloca Adriano a confessar que impôs ao mundo aquela imagem e que no mundo passou a haver mais estátuas do jovem bitínio do que de qualquer homem ilustre, ou qualquer rei ou rainha. Exigiu um acabamento perfeito. Contou com a eterni-

dade da pedra, a fidelidade do bronze para perpetuar a memória do amante e com a macieza do mármore para perpetuar a juventude da sua carne. Todos os grandes escultores da época esculpiram Antínoos: nas *Memórias* vêm citados Papias de Afrodísia, Aristeas, Cariano Antoniano e outros anónimos de Corinto, de Cirene, de Alexandria. Foram também cunhadas medalhas e moedas com a efigie de Antínoo.

Sophia de Mello Breyner Andresen viu algumas dessas estátuas de Antínoo e dedicou-lhe mais de um poema. Num deles chama-lhe novinho, fala dos seus cabelos em anel, do «quase imóvel fogo» dos seus beijos e termina com os versos:

Sobre os teus ombros poisa terrível o meio-dia / Do divino celebrado no terrestre.

Num outro poema lê-se uma descrição em que são referidos o torso inchado como uma vela, o queixo redondo, a boca pesada, os cabelos, a «face taurina» e o facto de tudo isso agora ser de pedra.

Finalmente, num poema de apenas três versos, põe na boca de Adriano esta lamentação:

Não escreverei mais o meu nome em letras gregas sobre a cera das tabuinhas / Porque estás morto / E contigo morreu o meu projecto de viver a condição divina.

Segundo as *Memórias*, Adriano encomendou também poemas à morte do jovem asiático. Todos eles (nomeadamente o de Pancrates e o de Nouménios, citados por Yourcenar) eram banais, cheios de lugares-comuns e deles só restam hoje fragmentos pouco significativos.

Sobre as razões do suicídio de Antínoo paira o mais impenetrável dos mistérios. No romance de Yourcenar (baseado em documentação vasta e fide-



Cabeça de uma das muitas estátuas de Antínoo

digna) todos os episódios vividos pelos apaixonados Adriano e Antínoo convergem para este suicídio, preparam-no de forma inelutável. Em última análise, ele deve-se ao inevitável desgaste e embotamento da paixão. O jovem pressente que vai deixar de ser jovem e que isso fará arrefecer a paixão ardente de Adriano. Tudo se precipita quando ambos participam em certos rituais secretos e misteriosos de origem fenícia. Antínoo pressente que o melhor epílogo para os sete anos de amor vividos com Adriano será morrer por ele num sacrifício ritual. Convenceu-se ou convenceram-no (uma feiticeira egípcia) de que assim alcançava dois nobres objectivos: primeiro, prolongar a vida do imperador cuja morte a feiticeira profetizava para breve (foi passado oito anos, após prolongada doença); segundo, alcançar ele próprio a divinização (e alcançou-a, embora efemeramente).

Segundo o ritual prescrito pela feiticeira egípcia, afoga-se

no Nilo. Adriano sepultá-lo-á segundo o ritual faraónico e mandará edificar no local a cidade de Antinoé, que desejou mais do que Alexandria e que nos seus planos seria um porto importante no caminho para o Oriente.

O Antínoo de Pessoa

O poema *Antinous* de Pessoa foi escrito em 1915 (tinha Pessoa 27 anos) e foi publicado em 1918. Em inglês e em Lisboa. O autor considera-o «muito indecente» e «impúblicável na Inglaterra». Em 1918, pelos vistos, podia publicar-se em Portugal um poema obsceno e impúblicável na Inglaterra: havia pouca gente que entendesse inglês suficiente para ver que o poema era obsceno... Mas, em 1918, em carta que manda a Gaspar Simões, a acompanhar a oferta do *Antinous*, Pessoa explica melhor as razões da publicação deste poema impúblicável:

«Há em cada um de nós, por pouco que especialize instinti-

vamente a obscenidade, um certo elemento desta ordem, cuja quantidade, evidentemente, varia de homem para homem. Como esses elementos, por pequeno que seja o grau em que existem, são um certo estorvo para alguns processos mentais superiores, decidi, por duas vezes, eliminá-los pelo processo simples de os exprimir intensamente. É nisto que se baseia o que será para V. a violência inteiramente inesperada de obscenidade que naqueles dois poemas (...) se revela.» (O outro poema referido é o *Epithalamium*, outro poema inglês que recentemente tinha publicado).

Temos, portanto, que este poema é para Pessoa um acto pelo qual quer libertar-se, de uma vez para sempre, de todo e qualquer elemento obsceno existente nos seus processos mentais; escrevendo e publicando este poema (embora numa língua que aqui e então ninguém entendia), libertava-se da sua obsessão indecente. Objectivava o sexo e libertava-se de uma sujeição a ele, segundo a expressão de Jorge de Sena.

A partir daí, Pessoa pode começar a escrever, sem estorvos, a sua obra decente, assexuada, liberta de qualquer afectividade (homo ou heterossexual), pode procurar o intelectual puro e o sublime.

Antinous é, simbolicamente, o suicídio do jovem Pessoa, um suicídio que prolongará, por artes mágicas, a vida de Álvaro de Campos, de Caeiro & Companhia, poetas que reinarão em impérios totalmente castos e puros. Morriam assim de vez a Grécia e Roma, nascia um império virgem, com novos deuses e novos mistérios, novos adeptos e iniciados. Morria também a pátria-língua-inglesa e nascia a pátria-língua-portuguesa.

Passemos ao poema propriamente dito, que conhece agora uma nova tradução (de Luís Nogueira) para emparceirar com a que havia (de Jorge de Sena).

É um verdadeiro poema dramático. Chove. Antínoo está morto, Adriano contempla-o. E, contemplando o morto presente, pensa no amante que este foi, no prazer que ele lhe deu no passado, se bem que

A memória do que ele fora já não trazia prazer. / Estava morto e difuso o prazer a que se entregara.

Ou seja: estamos perante um texto erótico-macabro, um erótico que se compraz no necrófilo, um necrófilo que é fonte de erotismo. Quando sobe o registo erótico sobe o necrófilo e vice-versa. A quarta estrofe é muito representativa desse carácter e merece desde já ser citada na íntegra:

Ó mãos que outrora acolheram as mãos quantes de Adriano / E que frias agora dão com

elas frias! / Ó cabelos outrora presos na tiara! / Ó olhos quase perturbadoramente ousados! / Ó desnudo corpo machofemea / Como a semelhança de um deus à humanidade! / Ó lábios cuja aberta vermelhidão podia antes tocar / Os lugares do prazer com os matizes de uma arte viva! / Ó dedos hábeis em certas coisas! / Ó língua que língua-contra-língua punha revoltos o sangue!

Ao longo de todo o poema recapitula-se uma vez e outra esta viagem pelo corpo do amante morto, memória de outra viagem por outro corpo que foi fonte de prazer sexual. Vejamos logo na sétima estrofe alguns dos versos mais fortes de todo o poema. Um fala dos «pacientes beijos na rosa do mamilo» (L. N.) ou «beijos cuidadosos na mamílea ponta» (J. S.). Os três últimos versos da mesma estrofe são muito típicos da obscenidade tal como a entende Pessoa:

Não voltará a ter sob a cabeça as mãos / Atadas, e nessa postura entregar tudo menos mãos / Do oferecido corpo que outras mãos imploram.

(Uma coisa curiosa é a que aparece logo na estrofe seguinte. Pessoa exprime uma ideia idêntica a uma outra que o poeta-imperador Adriano também exprimiu: a morte enquanto fim de todas as brincadeiras. No famoso *Animula vabula blandula* de Adriano sugere-se que a alma renuncia aos «iocos»; Pessoa refere o fim de todos os «arts and toys» (na tradução de L. N. «todas as suas artes e jogos estão agora com a morte»; na de J. S., «suas artes e brincos ora são co'a morte».)

O leitor poderá demorar-se a descobrir outros episódios desta viagem à volta do corpo morto e de todas as suas partes (lábios, mãos, dedos, cabelos, olhos, língua e outros lugares de prazer); é de notar também como Antínoo é comparado a um gatinho «nos jogos do prazer, a brincar / com os seu próprio prazer e o de Adriano»; como os lábios dele são comparados ora à taça ora à bebida que a taça contém; como são descritos os rituais eróticos em que Antínoo se vestia de Vénus, de Apolo, de Jupiter; como é descrita a sua tristeza, às vezes, no meio da fúria sensual.

Mas o momento mais alto do poema é quando Pessoa dá a palavra a Adriano e o deixa falar em discurso directo. Este começa com os versos:

Hei-de erguer-te uma estátua que será / Para o sequente futuro a prova / Do meu amor, da tua beleza e do sentido / Da divindade que a beleza dá...

O motivo da estátua e o da divindade repete-se dezenas de vezes neste monólogo cheio de referência ao novo culto, a uma

giefarte

gabinete internacional de estudos e financiamentos de arte

JÁ PODE COMPRAR através

da Giefarte obras dos mais significativos artistas portugueses contemporâneos das 10h às 13h; e das 15h às 19h de 2.^a a 6.^a-feira

Rua Ferreira da Silva, 10 2.º Dt.º

— Telef.: 540723

Telex 15365 CADE P 1900 LISBOA

Ângela
Nadir Afonso
Mário Américo
Manuel Botelho
Graça Costa Cabral
Gracinda Candeias
José de Carvalho
Pedro Casqueiro
Amaral da Cunha
Ilda David
Maria Felizol
Vitor Fortes
José Guimarães
Ivo
Artur José
José Miranda Justo
Isabel Laginhas
António Mira
João Moniz

Mouga
Eduardo Nery
Luiz Neuparth
António Palolo
Guilherme Parente
Rocha Pinto
Pedro Portugal
Sérgio Pombo
Francisco Rocha
Rui Sanches
Pedro Saralva
António Sena
Jaime Silva
Vieira da Silva
Sérgio Taborda
Ana Vieira
João Vieira
Pires Vieira

Guerra entre editoras? Longe disso: apenas dois projectos paralelos e, por isso, não coincidentes. Em

França: a obra de Pessoa em simultâneo na 'Christian Bourgois' e em 'La Différence'

Vergílio de Lemos, em Paris

Intensa actividade editorial em França onde a literatura portuguesa merece uma atenção particular, ao lado da italiana, alemã e espanhola e onde as **Obras Completas** de Fernando Pessoa são o acontecimento literário maior desta temporada. A sua consagração internacional começa pela França com dois empreendimentos de grande mérito, duas

apostas «borgesianas», ambas louváveis, a de **Christian Bourgois** e a de **La Différence**.

Com efeito, no momento em que se comemora o centenário do nascimento de Fernando Pessoa, não somente um dos poetas mais surpreendentes da modernidade neste século XX, mas também prosador, crítico e filósofo de dimensão universal; no momento em que a França se mostra surpresa e ávida de um autor ignorado ou negligenciado, como dizia há dias Patrick Rechichian, do «Le Monde des Livres», e em que pequenos e grandes edito-

res se lançam na corrida pessoana, seja ela ou não concorrencial a nível de **marketing**, não podíamos deixar de dar a palavra a dois nomes que se têm imposto pelo rigor e entusiasmo ardente dos seus desafios: **Christian Bourgois** e **Joaquim Vital**. Outros se deverão suceder, como a Fundação Reyaumont (Rémy Hourcado, excelente tradutor de **A Tabacaria**) Éditions Unies, José Corti ou Fatta Morgana.

O Livro do Desassossego, um dos tomos da edição **Christian Bourgois**, grande surpresa, fi-

gura entre os **best-sellers** do «L'Express», mereceu as preferências do público. As polémicas também surgem em volta das opções dos editores, entre obras completas e mil **plaquettes** de Pessoa e seus heterónimos, à volta das traduções da prosa e poesia de Fernando Pessoa, Sá-Carneiro, Almada Negreiros ou Eugénio de Andrade (os tradutores de uns e outros, umas e outras obras completas, tentam envolver os jornalistas nessas guerras de capelinhas). **Christian Bourgois** que apostou em **Tabucchi**

romancista, vai publicar dentro de um mês para Avignon, duas peças de teatro inéditas de **A Tabacaria**, uma delas à volta de Pessoa. Ao mesmo tempo compra os direitos de obra de Lobo Antunes, inclusive o quinto romance ainda por escrever. **Anne Marie Métaillé** terá já adquirido os direitos dos últimos romances de **Lídia Jorge**, enquanto **La Différence** acaba de publicar dois romances de **Mário Cláudio**, **Amadeo** e **Guilhermina** e anuncia para **Novembro Rosa**. **O que pensam os romancistas portugue-**

ses modernos sobre o romance francês e causas do seu declínio e sobre a própria ficção portuguesa também será tema das entrevistas que se seguem conduzidas recentemente em Paris e Bordéus por Vergílio de Lemos de quem La Différence, acaba de publicar Object à Trouver, poemas das ilhas de Noirmoutier e Tbo. Nas duas entrevistas que a seguir publicamos procura-se dar uma ideia de como o caso Pessoa é lido e vivido por dois protagonistas de relevo na cena editorial francesa: Christian Bourgois e Joaquim Vital. ■

Ambicioso, dantesco, kamikase, o que se lhe queira chamar... Este é o projecto da editora «La Différence», de

Joaquim Vital: as Obras Completas em francês até ao ano 2009

Foi em Bordéus, desta vez durante a semana da literatura portuguesa organizada por Sylviane Sambor, Universidade de Paris III e livrarias e editores, que nos encontramos com o editor da **La Différence**, **Joaquim Vital**. Precisamente no dia em que **La Différence** lançou em França o 1.º volume — **Prosas** — das **Obras Completas** de Fernando Pessoa. Reunidas, anotadas e apresentadas por **José Blanco**, traduzidas do português por **Simone Biberfeld**, **Dominique Touati** e **Joaquim Vital**, 543 páginas, 159 francos. No momento em que **Christian Bourgois** lança os quatro tomos das **Obras de Pessoa**, em que investigadores «pessoanos», tradutores e críticos literários parecem interrogar-se sobre uma possível colisão entre os dois projectos, propício a um clima de guerra editorial entre duas iniciativas de objectivos bem diferentes, quisemos recolher a posição de **Joaquim Vital**.

Jornal de Letras — **Fernando Pessoa: Obras completas em mais de 20 volumes, que terminariam no ano 2009. Você já traduzira para o francês «O Banqueiro Anarquista», em 79, creio. De onde veio este projecto, esta aposta à primeira vista «magalómana»?**

Joaquim Vital — Como muitos projectos, anteriores. Este nasceu de uma certa forma de enervamento. O Pessoa, que é um enorme escritor, nasceu há cem anos, morreu há 53 anos, sobre ele há centenas de

livros, por centenas de pessoas através do mundo — mas não tinha o essencial. Quero dizer, as suas **Obras Completas**. O Fernando Pessoa de que os pessoanos falavam não correspondia ao prosador e poeta na sua globalidade. Só as **Obras Completas** poderão permitir às pessoas saber do que estão a falar. Por enquanto fala-se de uma coisa de que não se sabe bem do que se está a falar... Assim, durante as minhas inúmeras idas e vindas a Portugal, enervei-me muito ao ver especialistas de Fernando Pessoa e gente extremamente culta, dentro e fora do país, que escrevia coisas sobre o Pessoa e não ia ao fundo das coisas, começando por onde se deveria ter começado: a publicação das suas **Obras Completas**. Um projecto ambicioso, não digo que não... Estamos no centenário do seu nascimento e o 13 de Junho vai-se fazer à volta dele, ao que parece para o festejar como a um santo padroeiro: vai haver aviões a sobrevoar Lisboa e a lançar poemas dele pelo ar, balóezinhos, vai haver bailes populares, vai-se cantar o fado com Fernando Pessoa. Toda a gente recupera Pessoa de todas as maneiras, menos daquela que se impunha como fundamental, que é a publicação das suas **Obras Completas**. Ocorreu-me, pois, fazê-lo, a partir de uma certa forma de enervamento. Um projecto, convenhamos, completamente **kamikase**. Eu gosto dos projectos **kamikases** e tenho sobrevivido



Joaquim Vital: um projecto ambicioso

até à data, não vejo porque não vou sobreviver a este...

P. — Há cerca de dois anos, a propósito do texto completo do «Fausto» Pessoa, entrevistei **Teresa Sobral Cunha** e **Léglise Costa** (ver «JL» de 20.07.87). Pude ver poemas inéditos de Pessoa fragmentos de uma rede que ora preciso tecer com rigor e amor, microfílm a fazer, trabalho para uma «passionaria», a que só a **Teresa Rita Lopes** e uma equipa desinteressada se poderia lançar. **Robert Bréchon**, especialista de **Michaux** e **Pessoa**, perguntava-me há pouco se haveria «revelações» efectivamente no espólio pessoano. Eu endosso-lhe a pergunta: há razão para se lançar

num projecto de 20 ou mais volumes, financeiramente um risco?

R. — Há revoluções. Acabamos de obter a confirmação. **Teresa Rita Lopes** acaba de descobrir uma série de 50 poemas extremamente importantes. E publicou há duas semanas uma novela inédita, acabada, de Pessoa. Claro que o essencial da obra de Pessoa já saiu, nunca disse o contrário. Mas o que mantenho é que não existe uma edição em que todo esse essencial esteja reunido, anotado, etc. Há revelações no espólio, e são elas que nos vão permitir a publicação das **Obras Completas** de Fernando Pessoa.

P. — Mas qual o significado desta aposta; desafio kafkaiano, cheio de labirintos e cantos escuros, aparentemente armadilhas, quando **Christian Bourgois** lança os primeiros quatro tomos de oito ou nove, que são o essencial de Fernando Pessoa? Poderá falar-se de duas edições?

R. — Não. Não há duas edições das **Obras Completas**. Há uma excelente edição de **Christian Bourgois** que é uma antologia da obra de Pessoa em que aparece o essencial da sua obra e, por outro lado, o 1.º volume da nossa edição, que será a das **Obras Completas**, que vai conter o que se conhece já e toda a parte inédita. Assim, **Obras Completas** de Pessoa que não existem até à data em sítio nenhum do mundo, nem sequer em Portugal. O projecto da **La**

Différence como casa editora francesa — é aqui que vivo e trabalho e não em Portugal — melhor, o meu critério, foi o de começar pelos cinco primeiros volumes de textos publicados em vida do autor e os outros serão de obras póstumas. Reconheço que se trata de um empreendimento dantesco, gigante, em que nos lançamos sem subsídios de ninguém, nem do Instituto Português do Livro, nem da **Calouste Gulbenkian** nem do **Centre National des Lettres** em França, porque essas ajudas governamentais, e outras, já tinham sido dadas ao projecto menos ambicioso, mas extremamente interessante e louvável, do **Christian Bourgois**, cuja obra de editor e cujas opções nos seus programas revelam um editor fora do comum, com opções apaixonantes. O que não invalida a minha neste caso. A nossa edição vai ser uma edição de referência. E daqui a 20, 30 ou 40 anos será muito importante. Na fase actual estou extremamente contente, apesar do trabalho demoníaco e do investimento «selvagem» que representa este desafio.

P. — Na vaga de dois monstros sagrados, como **Fernando Pessoa** e **Miguel Torga**, é a literatura moderna portuguesa que começa a ser revelada aos franceses, surpreendidos. **Saramago**, com a excelente tradução do «Memorial do Convento», **Lídia Jorge** com «Notícia da Cidade Silvestre» e «A Costa dos Murmúrios» para

o ano, **Agustina, Cardoso Pires**, **Fernando Namora** com «Rio Triste» e **Maria Judite do Carvalho**, hoje mesmo **Mário Cláudio** com o segundo romance «**Guilhermina**» da sua trilogia — mas não haveria a ponte a estabelecer com os clássicos e menos clássicos?

R. — Vou publicar a «**Peregrinação**» de **Fernão Mendes Pinto**, a «**História Trágico-Marítima**», o **Camilo Castelo Branco**, as obras completas do **Eça** e, na poesia, **Garrett**, **Antero** de **Quental** e **Camões**. Estamos a fazer um esforço, estamos empenhados, mas não podemos ir mais longe. Caberá a outros editores que se interessam pela literatura portuguesa completar o trabalho.

P. — **Bordéus**, jornadas literárias portuguesas de **Sylviane Sambor** em que não faltou o dinamismo de **Claire Cayron** em defesa de **Torga** ou de **Sofia de Mello Breyner**. Qual a sua importância para os romancistas e poetas portugueses?

R. — É importante descentralizar. Até aqui, Paris foi o fulcro, a única cidade que falava de literatura portuguesa ou estrangeira. Em **Bordéus** foi uma surpresa, onde oito livrarias estão esta semana a funcionar muito bem em relação ao livro português — a recepção do próprio pessoal livreiro é excelente; uma experiência a renovar. Um verdadeiro laboratório experimental que prefigura as «**Belles étrangères** portuguesas» de **Novembro**, em Paris e na província. ■

Com o apoio de várias entidades oficiais e privadas, um grande editor francês vai lançar oito volumes daquele que considera um dos maiores escritores do século XX. Diz-nos

Christian Bourgois: "Não publico Pessoa completo porque... não existe em português"

Jornal de Letras — O que motiva a nossa conversa é Fernando Pessoa e quatro dos oito tomos que se propõe editar com o apoio do Centre National des Lettres: «Canção» poemas 1911-35, «Poemas esotéricos», «Mensagem», «O Marinheiro», «O Livro do Desassossego», de Bernardo Soares e as «Obras poéticas» de Álvaro Campos, edição dirigida por Robert Bréchon, do lado francês e Eduardo Prado Coelho, do lado português.

Você é alguém que publica os autores por quem se apaixonou, sem procurar fazer «marketing». E como, quando e porquê Fernando Pessoa?

Christian Bourgois — Terei a modéstia e a honestidade de dizer que não publico as obras completas, porque elas não existem em língua portuguesa. E é preciso que se saiba que, neste momento preciso, se prossegue a inventariação começada há mais de 30 anos, e que já se inventariaram 23 mil fragmentos. Há uns quinze dias soube que em Portugal se descobriu mais uma dezena de heterónimos que não se conheciam, uma novela inédita... pelo que, publicar Pessoa é uma empresa completamente «burguesa», ligada à biblioteca de Babel. O que tentei foi publicar o essencial. Melhor, aquilo que os meus amigos portugueses e franceses consideram essencial dado que não leio o português. Ao publicar de uma só vez estes quatro primeiros tomos, quis deixar bem vincado que para mim Fernando Pessoa é um dos mais singulares poetas do século XX...

P. — Porquê quatro tomos para começar?

R. — Inicialmente queria publicar uma obra só de Fernando Pessoa, sob o seu nome, e mais tarde os principais heterónimos como Reis, Álvaro de Campos, e Bernardo Soares. Foi uma ideia inicial do editor. Depois apercebi-me de que uma outra ordem podia ser adoptada, pelo que decidi publicar Pessoa poeta, Pessoa prosador, «O Livro do Desassossego», Álvaro de Campos e mais tarde publicaríamos Ricardo Reis e continuaríamos com Pessoa.

P. — Porque é que publicou Fernando Pessoa?

R. — Para mim, a edição é uma questão de encontros, de sedução, de «coup de coeur», de sugestões trazidas por uns e

outros. Foi uma mulher portuguesa, Joana Varela, quem me convenceu, pelo seu dinamismo, pela sua sedução e entusiasmo, que se impunha publicar Fernando Pessoa. Trata-se de alguém do Instituto do Livro que há quatro anos veio visitar os editores parisienses para os sensibilizar e estreitar os laços entre o Instituto Português do Livro e a direcção do Livro em França. Ela veio da parte do meu grande amigo Jean Cattegneau, que é o director do Centre National des Lettres, e apresentou-me um certo número de obras de autores portugueses. Do que ela me propôs retive o que me pareceu o mais difícil e impossível, porque se tratava de fazer traduzir centenas e centenas de páginas. Este nosso primeiro tiro representa mais de 1500 páginas de tradução. Obtive a ajuda do Centre National des Lettres que financiou estes quatro primeiros tomos, e continuará a fazê-lo nos tomos seguintes. E considero este projecto mais entusiasmante do que publicar tal ou tal romancista. Eu sabia pelo meu amigo francês, o poeta André Welter, que já publiquei, que Pessoa era um escritor de importância universal, um dos grandes deste século, alguém que conheci através das traduções de Armand Guibert e agora já o li e pratiquei, um escritor que podemos comparar, a nível da importância da obra, a um Kafka. Foi, pois, uma mistura de amor à primeira vista e intuição. Mais difícil do que supus, com uma dezena de tradutores. Fiz o que geralmente não podemos fazer, isto é, recorrer a um grupo de tradutores, pegar nos especialistas de uma língua e ao mesmo tempo em escritores, grupos de dois ou três e a partir da palavra por palavra, trabalhar o texto francês. Falei, por exemplo, com o José Blanco da Fundação Gulbenkian, considerado um dos melhores especialistas do Pessoa em Lisboa, que me diria que quanto à tradução, particularmente da «Mensagem», que a tradução de Léglise Costa e Michel Chandeigne são exemplares.

P. — Consideramos «O Livro do Desassossego», de Bernardo Soares, um livro essencial para se compreender Pessoa. Para se compreender Pessoa. Françoise Lay traduziu-o com a sua colaboração, creio! Que problemas de tradução maiores encontrou?

P. — A responsabilidade de todas as traduções coube a Robert Bréchon?

R. — Foi Robert Bréchon o editor desta empresa, da qual eu sou o realizador... Mas é Bréchon o responsável por este empreendimento, ele que é também especialista de Michaux. Robert Bréchon encontrou «intranquilidade» em Michaux e veio satisfeito, um dia, dizer-me: «Estamos cobertos». O problema levantado pela edição deste livro não será o mesmo que a edição de Pascal. O livro não existe, nunca existiu. São textos, fragmentos que foram escritos por Fernando Pessoa em prosa — e só mais tarde se soube que ele escrevia poesia. Creio que a edição em português deste «Livro do Desassossego» data de há seis anos, quando as primeiras edições da Atica, de poemas, datam dos anos 50. Foi uma descoberta para os próprios «pessoanos» portugueses: saber que Fernando Pessoa foi um grande prosador...

P. — Certamente conhece as edições espanhola e italiana, esta última de António Tattucchi. Ora, nas três edições há uma ordem de enumeração dos textos. E eu aceitei a proposta de Robert Bréchon e Françoise



Christian Bourgois: um «coup de coeur»

R. — Talvez tenhamos, reconheço-o agora, numa empresa extremamente ambiciosa, carecido de uma maior ambição. Mas traduzimos cerca de 1700 páginas, e não quisemos ultrapassar uma certa medida para não atingirmos preços de venda dissuasores. Apontam-se também o facto de não termos feito uma edição bilingue de poesia, o que faço quando publico obras menos importantes em volume, como Alain Ginsberg, Peter Handke, Paul Celan, Kandinsky ou Jean Christoph Bain; e tenho por política fazer edições bilingue, mas neste caso seria duplicar as despesas de impressão, duplicação de número de páginas... Essa foi a opção que fez o nosso colega de La Différence, nós fizemos a nossa.

P. — Para o grande público escolher entre os quatro tomos de Pessoa que a vossa editora publica é difícil e não é. Os franceses optam pela prosa, se tiverem de escolher...

R. — O «L'Express» desta semana revela que «O Livro do Desassossego» figura entre os best-sellers dos últimos quinze dias... Nunca fui editor de best-sellers, nunca figurei na lista de best-sellers do «L'Express», e ver Fernando Pessoa nessa lista agradou-me e fez-me rir...

P. — Poderá falar-se em guerra editorial em França à volta das obras completas de Fernando Pessoa? Questão de marketing ou de prestígio e glória para um editor? Christian Bourgois lança os primeiros quatro volumes de Pessoa e promete mais quatro, pelo menos, a Pléiade agita-se e La Différence lança há dias o 1.º volume das obras completas — Prosas — prometendo pelos menos mais 17 volumes, o último para

Lay de publicar o essencial desta obra. Mas os meus amigos da Callimard e da Coleção La Pléiade têm a intenção de publicar Fernando Pessoa a partir das traduções que utilizámos, mas têm a ambição e a intenção de traduzir todos os textos que Françoise Lay não traduziu. E só nesse momento poderemos fazer uma comparação.

P. — Dado que novos heterónimos, mas particularmente novos textos, têm sido descobertos ultimamente por investigadores de uma equipa dirigida por Teresa Rita Lopes, em Lisboa, por que não foram mais longe?

R. — Não conheço pessoalmente esse editor. Conheço o seu trabalho, que admiro, e sou sensível à qualidade de apresentação dos seus títulos... Ele tem, e digo-o muito modestamente, uma imensa superioridade em relação a mim: é o de estar ligado a Portugal desde sempre, de falar e ler o português, de ter por Portugal uma paixão pessoal (e nela está Pessoa, penso eu...). Assim, no seu caso, decidir publicar as obras de Pessoa não foi um «coup de coeur», como eu próprio tive por um escritor chinês como Tieng Zeng Fug, um dos maiores romancistas chineses modernos que escreveu «A Floresta Cercada». Direi que eu sou um editor com uma sociedade livre, com um só nome, que se abre sobre diferentes literaturas, apaixonei-me pela literatura americana contemporânea publiquei quase toda a beat generation, apaixonei-me pro Grombowicz, ou Junger... por Tabucchi...

P. — E por Lobo Antunes, como ele próprio me disse há dias em Bordéus?...

R. — Precisamente: Lobo Antunes, que considero o melhor romancista de momento na Europa, uma maneira de dizer, e o «Fado Alexandrino» como o grande romance que li nos últimos anos. Vou, pois, publicar «As naus» que acaba de sair em Portugal, dois outros já publicados e um quarto que ele ainda não escreveu. Aí, também para não deixar margem a outros grandes editores que o cobravam já, assinei um contrato com o Lobo Antunes, incluindo mesmo um livro que ele ainda não escreveu... Em suma, não entro de modo nenhum numa guerra sem sentido, imbecil, absurda. Eu nunca me encontrei com Vital. Mas vou dizer-lhe com um pequeno acento irónico que, quando ele declara que com os meus oito volumes que são 3 a 4000 páginas, abro simplesmente o apetite às pessoas, digo o que digo, como editor, que talvez o apetite das pessoas não fique mal saciado... Enquanto ele enfrenta muitos riscos porque quando falo da edição das obras completas não falo de uma antologia de textos e frag-

mentos ou pequenas plaquettes de Pessoa ou heterónimos, creio que foi La Différence que publicou «O Banqueiro Anarquista», traduzido pelo próprio Joaquim Vital...

P. — Mas o Christian Bourgois publica o essencial, visando a iniciação dos franceses.

R. — Sim. Publico o essencial da obra de Pessoa, mas o que há de melhor. Não se trata de fazer o que faz a revista «Lire», que pega num certo número de páginas de obras romancescas quaisquer, nós publicamos alguns milhares de páginas de Fernando Pessoa. E aqui pronuncio-me como editor: eu, no caso do Joaquim Vital — mas o problema é dele — teria publicado as Obras Completas de Pessoa em português e não em francês... O que há de apaixonante no nosso empreendimento é precisamente nunca se poder dizer que há obras completas, porque não são completas, e a edição que o Vital tem a intenção de publicar continua a não existir em língua portuguesa... Dado que o mercado em França é extremamente estreito eu pensei no mercado do Brasil e da África lusófona e num mercado mais largo, pois é o mercado de língua portuguesa... Porque aqui, o facto de ser best-seller do «L'Express» com «O Livro do Desassossego» nada quer dizer relativamente às Obras Completas. Devo ter vendido entre 5 mil a 5500 exemplares do «Livre de l'intranquilité» do qual editei cerca de 6 mil, com grande número de serviços de imprensa, e dos restantes editei entre 4 e 4500 exemplares. O primeiro vendeu-se em Itália a 20 mil exemplares, e espero atingir esse nível, mas nunca será um nível de dezenas de milhares de exemplares para cada. Nem eu nem La Différence estamos sentados em montanhas de ouro, que eu saiba... Um e outro empreendemos estas edições pela glória... Se elas se venderem, que os tradutores sejam convenientemente pagos, e que eu cubra os meus custos de fabrico, que se elevam a várias centenas de milhares de francos; para mim é imenso, é a primeira vez que me lanço num empreendimento tão ambicioso. Digo apenas que Joaquim Vital assume riscos consideráveis — mas o problema é dele — ao fazer esta edição em francês. Eu, no seu lugar, fá-la-ia em português...

mentos ou pequenas plaquettes de Pessoa ou heterónimos, creio que foi La Différence que publicou «O Banqueiro Anarquista», traduzido pelo próprio Joaquim Vital...

multiface
arte

GALERIA E BOUTIQUE
CENTRO COMERCIAL GEMINI
Rua Sousa Lopes, Lote R. S. Loja 65
Tel. 76 19 81 1600 LISBOA

EXPOSIÇÃO DE PINTURA
DE
ARTUR BUAL

EXPOSIÇÃO PERMANENTE
DE 7 DE JUNHO A 13 DE JULHO

de 2.ª a 6.ª das 10 h. às 19.30 h.
Sábados, Domingos e Feriados, das 12 h. às 19 h.

O Fernando Pessoa na faculdade é dissecado, cortejado, sublinhado por padrões e sistemas de leitura. Mas como é o mesmo poeta encarado entre os alunos do secundário, como se debate o fim da adolescência, onde é determinante o princípio da identidade, entre as tenazes do múltiplo? O JL quis saber e oferece dois roteiros ao leitor, num a professora e os alunos acarinham-se e defendem-se, no outro o jornalista foi lá e procurou outra realidade mais (parcialmente) objectiva. Escola Secundária da Cidade Universitária...

... o enigma continua...

António Cabrita

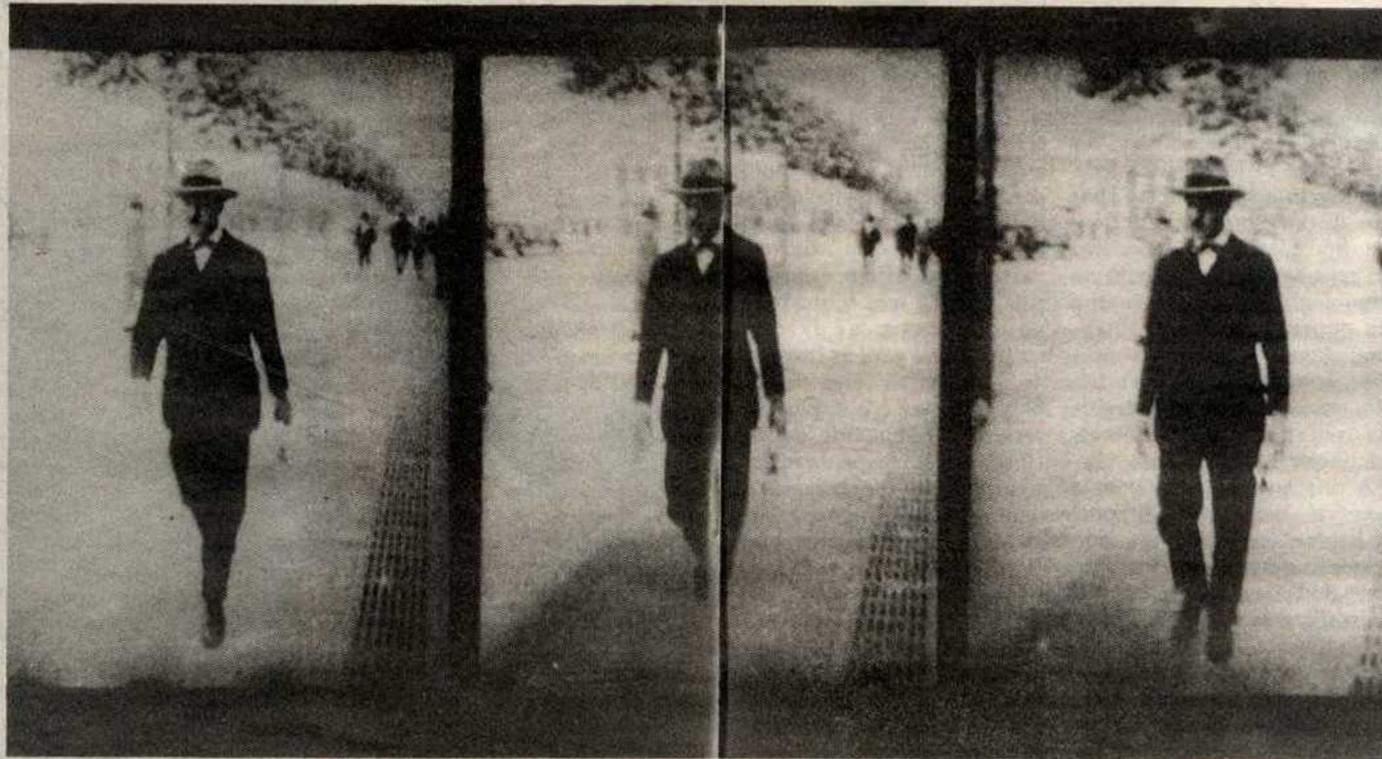
Não tenho a certeza de que tenhamos conseguido comunicar. Que eu, pelo menos, tenha sido um bom **entertainer** e não o intruso que foi perturbar a boa regra de à aula de português se suceder a de latim.

Eram cerca de vinte alunos da opção de Românicas, entre os dezassete e os vinte anos e o pretexto todo ele, de baixo a cima, do rodapé de madeira à esferovite do tecto, do sopro da minha voz aos olhares de curiosidade dos alunos, era discutir Pessoa, o MultiModo. Entrei com a esperança de não sabermos parar, gulosos da problemática pessoana, e saí como a moeda roída pela usura, um pouco descrente e com a resignação de um Ricardo Reis que sopesasse no coração toda a obstinação de uma Lídia surda aos apelos do rio.

Estarei a ser injusto para os alunos; a trair as prestabilidades da dr.^a Mercês Moita e da sua colega (professora de latim), a quem roubei uma preciosa meia-hora de aula? Certamente que sim, saberão sovar-me assim que nos encontrarmos, mas aqueles alunos pareceram-me muito pouco «apoquentados», filhos já da demasia que é sempre o tempo-de-indiferença. E outro factor determinou: não terei tido a astúcia de os levar ao «redil».

Pessoa e James Dean

Atalhemos caminho. Para a Isabel, 19 anos, a poesia é um bocado **xarope**. E adianta, lapidar: «Levei todos estes anos sem a poesia, até aqui nunca tinha lido poesia para além de uns versos de Garrett, e sempre passei... cheguei ao décimo segundo e apanho o Pessoa, dois trimestres inteiros... o resulta-



O poeta no Rossio: talvez se comemore a retirada do luto, e aí... começa o esquecimento

do foi ter chumbado o ano passado.»

Retiremos, por favor, o Pessoa das Escolas. É a única maneira de o salvar, de ser saboreado; da sua descoberta «acidental» repor a dimensão da poesia e o seu rastro de sagrado. Proibamos a poesia, que é a única forma de a louvamos, de a tornarmos desejada, intrigante, magnética; ou então desistamos de vez, encolhendo os ombros à convicção dos jovens de que «Pessoa não passa de uma moda» que depois da onda das comemorações vai entrar em declínio, confirmar-se ao curriculum escolar («Como o Camões») e ser empalhado entre os grandes chatos.

«O Pessoa é como um herói. Lembra-se de Pessoa como do James Dean, as pessoas gostam de reaver os modelos.» Quem o

diz é o Rui, 20 anos, que talvez não saiba que a haver associação ela encontra-se neste paradoxo: tanto J. Dean como F. Pessoa são dois anti-heróis.

Comecei por pô-los à vontade dizendo que o Pessoa não é o poeta de que mais gosto, pelo que ficavam mais livres de manifestar-se, e depois confiei-lhes que se adormeço o meu filho (bebé) com a leitura de um soneto de Petrarca quando ele tiver a idade de ser surfista não lhe darei Pessoa para as mãos porque o considero um «indisciplinador de almas» que certamente me **deseducará** o rapaz. Erro: a alma é uma técnica em desuso, posso imaginá-los a vasculhar num dicionário de género o que significa, de modo lato, esse arcaísmo que enferma os textos do pluri-chato

Pessoa. Falhada a acha tivemos dificuldade em achar o domínio concreto que servisse de referência comum ao diálogo.

E sobre a heteronímia, tão plural maneira de sentir? Paula, 18 anos: «todos nós temos a nossa pancada, ninguém é igual em todas as situações», para rematar, à minha insistência os cortes e os saltos radiais de sensibilidade para sensibilidade experimentados por um mesmo sujeito, indagando os graus de identificação que eles poderiam sentir por essa «dispersão metafísica»: «acho que isso são os problemas deles». A sua colega, Elizabete, 19 anos enveredou por uma explicação mais consensual: «somos todos diferentes mas andamos todos à procura do mesmo: saber quem somos». A mais en-

graçada das afirmações partiu de Joana, 18 anos, que, suspeito, não deve ter medido bem o que deixou escapar: «A mim parece-me que não nos podemos identificar com um só heterónimo. Ou com todos ou com nenhum...» Imagino-a sentada à mesa do café, iludindo a espera do namorado, que ao seu lado lê o «Turbo», com a fabricação de uns poemas com várias vozes dramáticas.

Os professores temerosos

Segundo a dr.^a Mercês Moita, a dificuldade em abordar Pessoa estende-se a muitos dos seus colegas que recorrem ao alibi do tempo e à latitude dos programas para não darem «um poeta que os incomoda e que os levaria a interrogar-se».

Tentei ainda a sexualidade, servi-me do alarde que tem sido feito à volta do dubio comportamento sexual de Pessoa para lhes sondar a receptividade de poesia tão isenta de corpo nos seus corpos em emergência. Segundo erro: não há entre a juventude de dezoito/vinte anos corpos em emergência. O bombeiro foi encontrado há muito tempo e a sexualidade é para eles um dado adquirido tão comum como chover, sem mais gravidade sobre um corpo que a nuvem reflectida num lago. Discutir se o F. Pessoa era homo o heterossexual parece-lhes tão inútil como saber se S. António arregimentava mais fiéis entre os pargos femininos ou entre as carpas masculinas; ou como a contabilidade do que Abelardo produziu filosoficamente antes e depois da mutilação a que foi sujeito pelo sogro: não se lê Abelardo, e pronto. «A sexualidade é só para vender jornais», disse-me um aluno de dezassete anos.

Ai têm absoluta razão, e convençani-se os jornais que fazem cacha com a sexualidade de Pessoa que isso só vende junto aos quarentões de tendências voyeuristas.

No fim, foi-me confirmado que entre uma cassete de vídeo e a descoberta de um poeta a escolha recairia unânime no audiovisual, sem o menor agravo. E a causa estará perdida enquanto, como dizia a prof. Mercês Moita, não se fomenta a leitura, com a criação de bibliotecas devidamente apetrechadas que suscitem os jovens com uma política agressiva e chamativa. Afinal, quando na Biblioteca Nacional não se entra com menos de dezoito anos está-se a comemorar o quê? Talvez se comemore a retirada do luto, e aí, meu caro Fernando Pessoa, começa o esquecimento. ■



Pessoana Mínima.
Escritos Sobre
Fernando Pessoa
de António Tabucchi
Esc. 660500



Fernando,
Rei da Nossa Baviera
de Eduardo Lourenço
(Prémio da Associação Internacional
de Críticos Literários — 1986)
Esc. 1200500

LIVROS

DA
IMPRESA NACIONAL

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA



A relação da escrita com a memória sobrepõe, na leitura, textos de Fernando Pessoa e de Maria Gabriela Llansol. Por aí se dão os

Encontros improváveis

Silvina Rodrigues Lopes

«Ninguém compreende outro. Somos, como disse o poeta, ilhas no mar da vida; corre entre nós o mar que nos define e separa. Por mais que uma alma se esforce por saber o que é outra alma, não saberá senão o que lhe diga uma palavra — sombra disforme no chão do seu entendimento» (f. 433 do Livro do Desassossego).

1. Paisagens

Todos os encontros são improváveis. Por eles (neles) sobrevivemos à teia de representações em que a vida os aprisiona. Aqui, quero partir de uma ideia comum, a de que a poesia é o Encontro. Sobrevive-se em poesia. Mas ideia comum, a quem? Terá o lugar comum, no sentido de partilha de sentimentos e conceitos, uma dimensão necessariamente poética (religiosa)? Parto de uma hipótese: o lugar comum é o espelho onde não há sobreviver mas apenas reprodução, onde não se vive, mas se é vivido.

Na época em que Pessoa escreveu, pela força dos textos, o lugar comum vacilou, a História como Grande Espelho desapareceu e todos os bocados que ficaram ou que se constroem, por mais que neles nos miremos, nos falam desse desaparecimento. O passado nunca mais será o que foi pois, inexoravelmente, o futuro já não é o que era. E faz medo. Não é o medo uma relação ao desconhecido? Medo de ler Pessoa, nos mais diversos sentidos: para não pactuar com o poder, para não conspurcar a sua obra, para não impedir a afirmação da literatura (?) actual (?). De facto, para esquecer Pessoa. E há outros modos: as leituras ideológicas, a inevitável projecção do nosso provincianismo, etc. Mas há também motivos para desdramatizar a situação. Primeiro, porque há leituras de Pessoa que não se conformam ao «já sabido» e lêem os seus textos como os de um poeta que diz, hoje (?): «Pertencem a uma geração que ainda está por vir.» Segundo, porque começamos a aceitar uma lição de Pessoa, a da incerteza, da impureza e inutilidade da arte. Talvez melhor, da escrita, onde a paixão do conhecimento, o desejo de perfeição, a indiferença, o prazer perverso do fútil, ou a ânsia da vida, não se transformam em sistema, não constituem resposta.

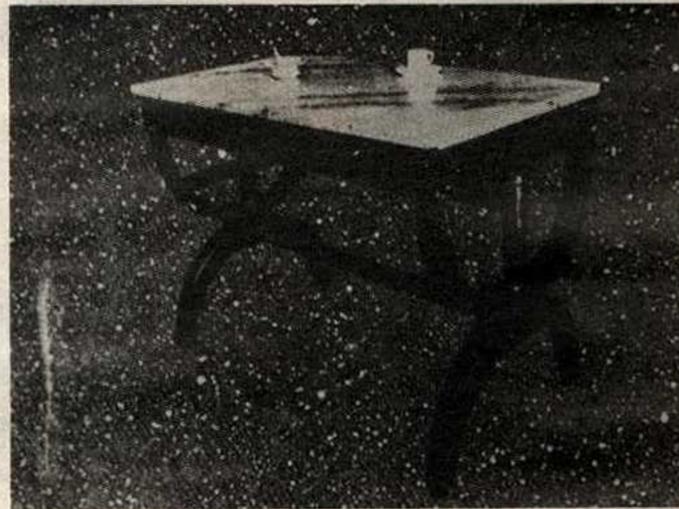
Contrariamente ao que se passa em historiografia, cujas respostas precárias implicam uma exigência de rigor na

aproximação dos factos, na escrita não há resposta histórica (eficaz), pois aí a memória não é dos factos mas do nada em que eles, real ou virtualmente, se recortam (ocorre-me que a relação de Fernando Pessoa com a história passa pela Mensagem e ressalto esse «nada», de onde brota o mito, como um afastamento decisivo em relação a um propósito de remitologização: ao afirmar a sua desnaturalidade, a ausência de fundamento, o mito anula-se, converte-se em pura ficção, memória que nada legitima, que apenas possui a necessidade que a constrói).

A relação da escrita com a memória leva-me a sobrepor, na leitura, textos de Fernando Pessoa, particularmente do Livro do Desassossego, e textos mais recentes, de Maria Gabriela Llansol (não é um propósito de comparação que me move, limitar-me-ei a seguir, através do incomparável dos textos, algumas das ideias que me comovem);

«Faço paisagens com o que sinto» (f. 12 do L.D.).

«(...)um estado da alma é



«Lapso da consciência entre ilusões / (...) Dorme, insciente de alheios corações. Coração de ninguém»

uma paisagem (...)» (f. 36 do L.D.).

«O escrever acompanha a densidade da Restante Vida, da Outra Forma do Corpo, que, aqui vos deixo qual é: a Paisagem.

Escrever vislumbra, não presta para consignar. Escrever, como neste livro, leva fatalmente o Poder à perda de memória. E sabe-se lá o que é um Corpo Cem Memórias de Paisagem.» (O Livro das Comunidades, p. 10).

A ambiguidade do Corpo Cem Memórias de Paisagem é a de uma dissipação da história e de uma presença do desconhecido da memória, o imemorial que lhe retira a ilusória autonomia. Em Fernando Pessoa, as paisagens, as memórias (sem memória) são as de um «eterno passeio nocturno à beira mar»: inabitáveis, inapro-

priáveis, gráfico de um afecto inconsciente que se retrai ou avança, trazendo e levando consigo as imagens, «como um resumo escuro da história» (f. 285 do L.D.). Em Maria Gabriela Llansol, a memória é a da «restante vida», a que foi perdida pela linguagem comum da modernidade. Memórias de errâncias, de compaixão ou de desejo, esquecidas pela história mas sobreviventes no apelo dos textos e da escrita, na força que gera as imagens e as relaciona. A força de viver, pois «escrever é o duplo de viver», a possibilidade de fazer vibrar o acontecimento mais insignificante, de o retirar da sua nudez «original» para uma alegria da afirmação da vida.

2. Ruínas

Em Diário I, Um Falcão no Punho, de Maria Gabriela Llansol fala-se do encontro de Bach e Pessoa. Trata-se de um livro que a autora escreve nessas datas: Lisboa-leipzig. Ao percorrer o Diário constatamos que «pensar em Pessoa» aconte-

ce pela inevitável ligação do não-pessoal a Pessoa: «não é a primeira vez que a minha própria vida me apaice como estranha, ou pertencente ao mundo exterior: um diário pode ser mais objectivo que uma vida pessoal» (p. 64). Inevitável e associação deste Diário ao Livro do Desassossego até porque o desejo de que daquele ao «texto relativo às figuras» houvesse apenas um único passo (p. 65) traça já a fronteira oscilante, a possibilidade de vaivém entre o diário e os restantes textos.

Mas, nesta primeira referência do diário aparecem as razões que levam a autora a procurar Pessoa: «não era por um motivo pessoal (...), era por uma razão que surgia independente de mim mesma e que me levava a esforçar-me por encontrar imagens do meu corpo, e do ambiente da época que o

temera. Era necessário provar, primeiro, que ele fora dispensável; segundo, que ele tinha

existido.» (p. 64) Podemos pensar que esta necessidade se deve ao esquecimento de Pessoa praticado em nome do Nome, isto é, por uma memória do memorável, uma apropriação que nunca pode deixar de ser o eliminar, ou assimilar, do que está a mais, o «dispensável», o inútil. Necessidade de prova sem prova, como de argumentação sem conceito, é esse o movimento do encontro. Não sei se é a necessidade de prova que conduz ao encontro improvável entre Bach e Aossé («precisava de alterar a ordem das letras do nome de Pessoa para fazê-lo involuir, arrancá-lo ao hábito inveterado que tinha dele» — p. 94).

Julgo saber que em Maria Gabriela Llansol o encontro é o modo da alteração, o movimento para o outro que dispõe à multiplicidade das vozes: nenhuma figura existe em si, mas no meio, de outros corpos, vozes, outras forças que a deformam de «ali-mesmo», dir-se-ia. E ali-mesmo são os intervalos da realidade, Lisboa-leipzig, por ex., o improvável lugar da poesia e da música, que pertence a um mapa onde a realidade é pretexto de passagem, sinalização de um desejo: «Passa ave, passa e ensina-me a passar.» Sim, porque desconhecendo, activamente, as identidades culturais, a escrita dá a pensar os mais surpreendentes encontros. O encontro aparece como um nó fundamental de onde partem todos os pensamentos sobre a escrita. Lembro-me de uma passagem do Diário onde se diz: «Querida desfazer o nó que liga, na literatura portuguesa, a água e os seus maiores textos. Mas esse nó é muito forte, um paradigma frontalmente inatacável.» (p. 32) Talvez o encontro pertença a este nó: a «beira-mar», a «beira-mágoa», as lágrimas, a perda num mar interior de memórias de onde (re)nasce a ânsia da vida: «chega-nos então a ânsia da vida, de conhecer sem ser com o conhecimento, de meditar só com os sentidos ou



pensar de um modo táctil ou sensível, de dentro do objecto pensado, como se fôssemos água e ele esponja.» (f. 425, do L.D.)

Encontro-água-tempo. Ou noutra ordem: sofrer-presença. A presença sofre-se, numa passividade que descontorna, derrama. Não, não se trata de literatura (aquilo que na moda actual «dá muito gozo e nada de sofrimento»): é o viver na sua duplicidade de sobreviver, que o distingue de vegetar ou «ser

vivido». A oposição entre a vida e a arte, tão insistente em Fernando Pessoa, corresponde a uma oposição entre uma vida que se esgota em si mesma (na sua naturalidade de ser para a morte) e um sobreviver que é dizer-se (para além da morte), desdobrar-se em palavras («Mover-se é viver, dizer-se é sobreviver») e figuras, memórias: «Sofri em mim, comigo, as aspirações de todas as eras, e comigo passearam, à beira ouvida do mar, os desassossegos de todos os tempos. O que os homens quiseram e não fizeram, o que mataram fazendo-o, o que as almas foram e ninguém disse — de tudo isto se formou a alma sensível com que passei de noite à beira-mar (f. 285 do L.D.)»

A capacidade de sofrer «os desassossegos de todos os tempos» implica um tempo que não é o da diacronia e da correspondente organização narrativa, mas um tempo que, nos

